



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O marco regulatório do pré-sal de 2016 e seus efeitos na inserção político-econômica do
Brasil na Economia-Mundo Capitalista**

Marina Cesco Bonetti

Florianópolis

2025

Marina Cesco Bonetti

O marco regulatório do pré-sal de 2016 e seus efeitos na inserção político-econômica do Brasil na Economia-Mundo Capitalista

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis

2025

Bonetti, Marina Cesco

O marco regulatório do pré-sal de 2016 e seus efeitos na inserção político-econômica do Brasil na Economia-Mundo Capitalista / Marina Cesco Bonetti ; orientador, Helton Ricardo Ouriques, 2025.

76 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Pré-sal. 3. Semiperiferia. 4. Economia-Mundo Capitalista. 5. Petrobras. I. Ouriques, Helton Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Marina Cesco Bonetti

**O marco regulatório do pré-sal de 2016 e seus efeitos na inserção político-econômica do Brasil na
Economia-Mundo Capitalista**

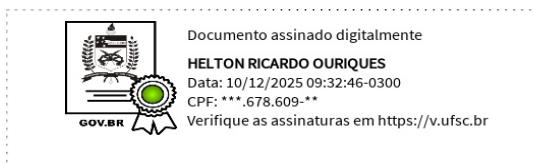
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais e aprovado em sua versão final pelo Curso de Relações Internacionais

Florianópolis, 04 de dezembro de 2025.



Coordenação do Curso

Banca examinadora



Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.

Orientador



Prof. Mariana Ersina, Me

Instituição UFSC



Prof. Marcos Valente, Dr.

Instituição UFSC

Florianópolis, 2025

AGRADECIMENTOS

A jornada pela universidade foi cheia de desafios e novidades, que só se tornou possível graças às pessoas que, de diferentes formas, estiveram comigo.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais por seu amor incondicional e apoio em todos os aspectos da minha vida, e por me proporcionarem a melhor vida que eu poderia ter. Minha mãe, Mari, obrigada por me dar coragem para seguir meus sonhos, e possibilitar o mundo. Meu pai, Olir, obrigada por me inspirar a ser sempre uma pessoa melhor, e a me dedicar às coisas mais importantes da vida. Vocês são meu porto seguro, minha maior inspiração. Essa conquista é para vocês.

Meus irmãos, Lisy e Alexandre, partes de mim. Obrigada por me fazerem quem sou hoje, meus maiores amores. Sem vocês nada é possível. E obrigada à minha tia Justina, por estar presente sempre nessa cidade nova desde o início.

Às minhas parceiras nesses anos de Universidade, agradeço por tornarem essa nova cidade um lar, e por fazerem da Universidade um ciclo cheio de sorrisos. Camila, Giovanna, Livia, assim como Liu e Sophia, minhas queridas colegas e amigas, um presente da graduação que levarei para a vida toda!

Agradeço ao meu namorado, Ciro, pela parceria e amor nessa fase. A vida com você é mais bonita, obrigada pelo apoio e por todos os nossos momentos. À Luiza, minha irmã de coração, por toda a presença e conexão; sem você isso não seria possível. E não posso deixar de agradecer à todos os meus amigos, aqui em Florianópolis e em Pato Branco, por todo o amor e torcida nessa fase.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aos professores, agradeço por terem ampliado minha visão de mundo e por cultivarem um ambiente acadêmico acolhedor e diverso. A Universidade foi um espaço incrível para minha formação pessoal, além de profissional, e todos os ensinamentos serão levados para a vida toda. Obrigada, também, ao meu Orientador, Professor Helton, por toda a atenção e apoio.

Agradeço a todos que estiveram comigo nesses quatro anos, vocês e todas as memórias tornam essa conquista mais significativa!

RESUMO

Este trabalho analisa os efeitos do marco regulatório do pré-sal de 2016 sobre a inserção político-econômica do Brasil na economia-mundo capitalista. Fundamentado na perspectiva dos sistemas-mundo, conforme desenvolvida por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, o estudo investiga como a flexibilização do regime de partilha e a retirada da obrigatoriedade de participação da Petrobras nos blocos de exploração do pré-sal reafirmaram a posição do país na semiperiferia e na cadeia mercantil do petróleo. A análise demonstra que o pré-sal, inicialmente concebido como instrumento de desenvolvimento nacional, autonomia energética e fortalecimento da capacidade estatal de planejamento, passou a ser progressivamente integrado à lógica global de competição interestatal e à dinâmica financeirizada que caracteriza a fase atual do capitalismo. A pesquisa combina uma revisão histórica do setor petrolífero brasileiro, o exame da trajetória institucional da Petrobras e a avaliação das transformações regulatórias após 2016, evidenciando a influência de pressões externas, restrições internas e da hegemonia do capital transnacional sobre a política energética nacional. Os resultados indicam que as mudanças legislativas ampliaram a presença de empresas estrangeiras, reduziram a soberania da renda petrolífera e reforçaram a condição semiperiférica brasileira no sistema-mundo. Conclui-se que o marco regulatório de 2016 não apenas alterou a governança do pré-sal, mas consolidou um reposicionamento estrutural do Brasil na geopolítica do petróleo, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento tecnológico, a distribuição do excedente e o papel estratégico da Petrobras.

Palavras-chave: Pré-sal; Sistemas-mundo; Petrobras; Economia-mundo Capitalista; Economia Política; Semiperiferia.

ABSTRACT

This study analyzes the effects of the 2016 pre-salt regulatory reform on Brazil's political and economic position within the capitalist world-economy. Based on the theoretical contributions of World-systems Analysis, as developed by Immanuel Wallerstein and Giovanni Arrighi, the research examines how the liberalization of the production-sharing regime and the removal of Petrobras' mandatory participation in all pre-salt exploration blocks reaffirmed the country's insertion in the semiperiphery and in the global oil commodity chain. The analysis indicates that the pre-salt, initially envisioned as an instrument for national development, energy autonomy, and state-led planning, has been progressively incorporated into the dynamics of interstate competition and into the financialized logic that characterizes contemporary capitalism. The investigation combines a historical examination of the Brazilian oil sector, an analysis of Petrobras' institutional trajectory, and an assessment of the regulatory transformations implemented after 2016. The results show that the reform increased the participation of foreign companies, reduced the state's ability to coordinate petroleum rents, and reinforced Brazil's semiperipheral position in the world-system. It is concluded that the 2016 reform not only altered pre-salt governance but also consolidated a structural repositioning of Brazil within the geopolitics of oil, affecting technological development, surplus distribution, and the strategic role of Petrobras.

Keywords: Pre-salt; World-systems; Petrobras; Capitalist World-Economy; Political Economy; Semiperiphery.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O PETRÓLEO E A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.....	14
2.1 O SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA.....	14
2.2 A EVOLUÇÃO GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E DO PODER NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA.....	18
2.3 O PETRÓLEO COMO OBJETO DE COBIÇA NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	26
3. O BRASIL NA SEMIPERIFERIA E O PETRÓLEO BRASILEIRO.....	32
3.1 O BRASIL NA SEMIPERIFERIA DO MUNDO.....	32
3.2 A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL.....	39
3.3 O INÍCIO DA ABERTURA COMERCIAL NO MERCADO DO PETRÓLEO.....	41
4. O PRÉ-SAL BRASILEIRO E A RECONFIGURAÇÃO DO MARCO ENERGÉTICO NACIONAL.....	45
4.1 A DESCOBERTA DO PRÉ-SAL: DO DOMÍNIO TECNOLÓGICO À AUTO SUFICIÊNCIA.....	45
4.2 O MARCO REGULATÓRIO DE 2010 E O REGIME DE PARTILHA.....	49
4.3 A REFORMA DE 2016: A FLEXIBILIZAÇÃO E A INSERÇÃO ESTRANGEIRA.....	54
4.4 A INSERÇÃO SEMIPERIFÉRICA DO BRASIL E A PRESENÇA ESTRANGEIRA NO PETRÓLEO APÓS 2016.....	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

1. INTRODUÇÃO

A Petrobras, maior empresa estatal brasileira, teve seu início em 1953, quando Getúlio Vargas determinou a exploração e processamento do petróleo nacional como exclusivos ao Estado e, ao longo do século XX, a empresa cresceu de maneira impressionante, com grandes avanços no desenvolvimento do refino e distribuição do combustível encontrado. Na década de 90 e com a virada neoliberal, no entanto, devido à Lei 9.478 de 1996, extinguiu-se o monopólio brasileiro sobre o petróleo, e diversas empresas ligadas à Petrobras foram privatizadas e empresas estrangeiras passaram a participar da exploração, o que fez com que parte significativa da estrutura acionária e do lucro proveniente do petróleo brasileiro fosse delegada à estrangeiros.

Com a descoberta da riqueza energética presente no pré-sal em 2007, o Brasil se viu diante da suficiência em relação ao petróleo, oportunidade única para fomentar a modernização e o desenvolvimento econômico setorial e nacional, além de retomar o estímulo à indústria nacional. O pré-sal seria, então, o “passaporte para o futuro”. Inicialmente, um regime de partilha foi posto em prática, no qual os excedentes eram divididos entre a empresa operadora e o Estado que, também, detinha um alto controle sobre o desenvolvimento industrial sobre o setor; além disso, a Petrobras se mostrava predominante na região (Schmidt, 2016). No entanto, apesar do potencial para o desenvolvimento brasileiro que a região oferece, em 2016, um novo marco retira a obrigatoriedade da Petrobras de participar de todos os blocos de exploração, dando abertura para novas empresas a operarem nos blocos de pré-sal do regime de partilha.

Uma inflexão no desenvolvimento brasileiro foi, portanto, colocada em ação: minadas foram as grandes expectativas sobre como o pré-sal poderia gerar mudanças radicais na estrutura social e econômica interna do país (Sauer, 2016), e em melhorias na inserção competitiva do Brasil no mercado internacional do petróleo. O desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil é substituído, com as medidas liberalizantes e privatistas, pelas ambições do capital internacional. Nesse contexto, dada a importância de deter influência sobre o “ouro negro”, as pressões sistêmicas da economia-mundo capitalista, imersa em competição interestatal, se impõem sobre os planos de progresso interno nacional. Assim, como aponta Campello:

Especialmente no que se refere aos efeitos sobre os países periféricos e semiperiféricos e no papel desempenhado por novos atores não estatais na temática ambiental, a mudança no marco regulatório do pré-sal pode ser enquadrada como

um elemento inerente à histórica dinâmica de poder do Sistema Interestatal (Campello, p. 214, 2018).

Dessa forma, à luz dos aspectos político-econômicos domésticos e internacionais, a mudança legislativa de 2016, além de como suas transformações repercutem no desenvolvimento brasileiro e na posição do país no sistema internacional, serão colocadas em evidência. Levando em conta os apontamentos supracitados, questiona-se: as mudanças de 2016 no marco regulatório dos hidrocarbonetos presentes no pré-sal brasileiro possibilitaram melhorias para o desenvolvimento e à posição do Brasil na geopolítica internacional? Em vista disso, tem-se como hipóteses que o projeto liberal do marco regulatório de 2016 sobre o regime de partilha dos campos do pré-sal fortifica a posição semiperiférica do Brasil, tanto na cadeia mercantil¹ do petróleo quanto na geopolítica mundial. Além disso, tem-se que a Lei Ordinária 13.365/2016 possibilita a inserção de empresas e influências internacionais no petróleo brasileiro, trazendo uma exploração sem que haja investimento para o desenvolvimento do setor petrolífero e da economia nacional.

Na economia-mundo capitalista, os países se inserem em uma estrutura profundamente hierarquizada, na qual o excedente econômico é sistematicamente transferido da periferia para o centro por meio das cadeias globais de produção e troca. A coesão desse sistema deriva das próprias dinâmicas das relações capitalistas e da divisão internacional do trabalho, que mantém padrões de dependência entre as nações. Nesse cenário, o petróleo, desde sua descoberta no final do século XIX, se tornou um elemento central nas principais discussões políticas e econômicas globais. Mais do que um combustível, constitui um recurso estratégico capaz de desencadear conflitos e orientar projetos de poder. Em um momento de crise hegemônica e de intensificação da competição entre Estados, compreender como diferentes atores se apropriam do capital energético, sejam eles potências centrais ou países semiperiféricos em busca de autonomia, é fundamental para a leitura das dinâmicas internacionais contemporâneas. A crescente influência do capital internacional e das corporações transnacionais aumenta a subordinação de países como o Brasil às tendências estruturais do capitalismo global.

Com base nesse quadro analítico e histórico, a pesquisa se justifica e se torna necessária na medida em que a descoberta do pré-sal representou uma oportunidade singular

¹ Uma cadeia mercantil é um conjunto articulado de etapas produtivas e de trocas econômicas que conecta a produção ao consumo final. Essas cadeias expressam de forma concreta o funcionamento da economia-mundo capitalista, ao revelar sua amplitude e as posições diferenciadas ocupadas pelas economias que dela participam, indicando, assim, os distintos graus de autonomia ou dependência de cada elo (Talbot, 2004 *apud* Filomeno; Vieira; Vieira, 2012).

de fortalecimento econômico, tecnológico e industrial para o Brasil, enquanto as reformas liberalizantes adotadas desde o fim do monopólio estatal em 1997 até o marco regulatório de 2016 alteraram profundamente esse potencial. A abertura ampliada ao capital estrangeiro, a reconfiguração do papel da Petrobras e a intensificação das pressões geopolíticas internacionais sobre o setor petrolífero mostram transformações que impactam o desenvolvimento nacional e a posição do país na economia-mundo. Assim, este estudo se justifica pela necessidade de compreender como tais mudanças regulatórias influenciam a capacidade do Estado brasileiro de coordenar um recurso estratégico, como condicionam sua inserção internacional e como contribuem para a manutenção de sua condição semiperiférica no sistema global.

Para tal fim, o objetivo geral desta pesquisa consiste em entender como as mudanças legislativas de 2016, que regulam a exploração do pré-sal brasileiro, influenciam a inserção econômica e política do Brasil na economia-mundo capitalista. Somado a isso, temos quatro objetivos específicos para nortear o estudo: de primeiro momento, é importante entender a dinâmica dos sistemas-mundo (SM) e a indústria petrolífera e sua importância geopolítica e econômica no contexto atual da economia-mundo, bem como entender esse mercado na ótica dos SMs. Após, objetiva-se analisar a história do Brasil como parte da semiperiferia e a história do petróleo e do pré-sal brasileiro, bem como sobre a Petrobras, expondo o desenvolvimento de sua exploração, com foco nos regimes de partilha dos campos de pré-sal. Faremos, também, uma análise da lei 13.365/2016 no que concerne o pré-sal brasileiro, bem como a conjuntura política e econômica atual, com foco na atuação da Petrobras, após as mudanças regulatórias, e seus efeitos inserção do Brasil na economia do sistema-mundo. Para isso, será avaliado o desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira e da economia nacional como um todo, assim como as mudanças na posição do Brasil na economia-mundo.

Para o presente estudo, adotou-se o método hipotético-dedutivo, com uma abordagem exploratória e descritiva. A análise qualitativa foi conduzida a partir de revisão bibliográfica que inclui periódicos, artigos e livros nas áreas de Economia Política Internacional, Relações Internacionais e Geografia Política, com ênfase em temas como geopolítica, economia e política energética, mercado do petróleo e a economia-mundo capitalista. Complementarmente, foram examinados documentos como projetos de lei, relatórios oficiais do Governo e da Petrobras, além de reportagens jornalísticas pertinentes ao tema. A análise quantitativa também se mostrou relevante, permitindo avaliar a evolução macroeconômica brasileira e contextualizar os impactos das transformações no setor petrolífero. A fim de medir a posição semiperiférica do Brasil e a inserção do petróleo brasileiro na cadeia

mercantil, será estudado o estado financeiro e econômico atual da estatal brasileira, além da participação da Petrobras em comparação a outras multinacionais no setor, bem como o desenvolvimento da estatal desde o marco regulatório de 2016.

Como base teórica para o presente estudo, serão utilizados processos de investigação e conceitos de correntes teóricas em Economia Política Internacional, em específico a análise das Relações Internacionais dos Sistemas-Mundo por autoria de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Nessa teoria, o espaço e o tempo são divididos em sistemas-mundo, unidades com divisão de trabalho interna e que abrange todos os setores da sociedade. Segundo Wallerstein há, desde o século XVI, somente um sistema-mundo: a economia mundo capitalista, que determina as ações e relações dentro das Relações Internacionais, onde existem diversos centros políticos em constante e complexo conflito interestatal pela hegemonia. Principalmente no século XX, a atuação do capital, fortemente global, têm tido grande importância na agenda política dos Estados, organizações e empresas (Voigt, 2007), onde o petróleo se mostra como objeto de cobiça, essencial na obtenção de poder político e econômico e na busca por hegemonia na economia-mundo. Nesse sentido,

O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, em outras palavras, não foi a concorrência entre os Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo (ARRIGHI, 1994, p.13).

Assim, considerando o escopo desse estudo, no primeiro segmento estabeleceremos o referencial teórico e o contexto histórico-estrutural que fundamentam toda a pesquisa, articulando a economia-mundo capitalista e a geopolítica do petróleo. A partir da abordagem dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, o capítulo expõe como o capitalismo global se organiza de forma hierárquica e interdependente, com fluxos de excedente que partem da periferia em direção ao centro. Nessa estrutura, o petróleo emerge como recurso estratégico e fator determinante nos ciclos de acumulação e hegemonia, articulando poder econômico, político e militar. Será apresentada a evolução das dinâmicas energéticas, desde a consolidação da hegemonia norte-americana no século XX até a financeirização contemporânea, destacando como o petróleo se tornou uma das bases materiais do sistema capitalista e um ativo financeiro sujeito às flutuações do mercado global. A partir das contribuições de autores como Yergin, Mitchell e Strange, o capítulo demonstra que a energia, e particularmente o petróleo, é um elemento central das estruturas de poder descritas pela Economia Política Internacional, sendo um fator de segurança, produção e

dominação que define não apenas o desenvolvimento econômico, mas também as relações interestatais e as disputas hegemônicas.

O segundo capítulo traz uma ligação entre o arcabouço teórico dos sistemas-mundo à trajetória histórica e econômica do Brasil, examinando sua condição estrutural de país semiperiférico e suas implicações para o desenvolvimento da indústria petrolífera nacional. Discute-se como o Brasil, desde sua inserção no capitalismo mundial, tem passado por momentos de afirmação industrial e regressão à dependência primário-exportadora, o que reflete a volatilidade típica das economias semiperiféricas. O capítulo analisa a formação da Petrobras, seu papel no fortalecimento da soberania energética e tecnológica nacional e o impacto das políticas de liberalização a partir da década de 1990, quando o monopólio estatal foi quebrado e o setor passou a receber investimentos estrangeiros. A narrativa histórica evidencia como o petróleo, que poderia representar um motor de autonomia e desenvolvimento, tem sido, ao contrário, um meio para a vulnerabilidade sistêmica e reafirmação da posição subordinada do país. Ao situar o Brasil no interior das hierarquias da economia-mundo, o capítulo mostra como as pressões externas, somadas às contradições internas entre o projeto nacional-desenvolvimentista e as políticas neoliberais, moldaram as transformações do setor energético e limitaram as possibilidades de ascensão estrutural do país.

Por fim, o terceiro capítulo analisa de forma o impacto das reformas regulatórias de 2016 sobre o regime de partilha do pré-sal, investigando suas consequências para a inserção internacional do Brasil e para o papel da Petrobras. Retomando o debate sobre soberania energética e dependência, tem-se que a retirada da obrigatoriedade de participação da estatal em todos os blocos de exploração abriu espaço para o avanço de corporações estrangeiras e para uma reconfiguração da estrutura de poder no setor. A partir de autores como Campello, Sauer e Schmidt, discute-se como o marco de 2016 consolidou a agenda neoliberal e privatizante, reduzindo a capacidade do Estado de direcionar os excedentes do petróleo para o desenvolvimento nacional e reafirmando a condição semiperiférica do país na economia-mundo capitalista. O texto busca demonstrar que embora o pré-sal representasse uma oportunidade histórica de modernização e autonomia, sua exploração sob um regime liberalizado converteu-se em instrumento de extração de renda para o capital internacional. Por fim, o capítulo destaca que no cenário global de transição energética e crise hegemônica, o Brasil permanece em uma posição controversa, estando entre o potencial de protagonismo tecnológico e a subordinação estrutural, o que torna urgente repensar o papel do petróleo e da política energética na estratégia de desenvolvimento nacional.

2. O PETRÓLEO E A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Este capítulo apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise do pré-sal brasileiro após a mudança regulatória de 2016. O objetivo é introduzir como a inserção internacional do Brasil, como semiperiferia, pode ser analisada a partir da perspectiva dos sistemas-mundo, situando a exploração do petróleo no interior das hierarquias do capitalismo global. Para isso, a discussão será dividida em três partes: primeiro, os conceitos centrais da análise dos sistemas-mundo; após, um histórico da indústria petrolífera e o papel da energia como estrutura de poder; e, para finalizar, a especificidade do petróleo como recurso estratégico e geopolítico.

2.1 O SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA

Para compreender as dinâmicas do petróleo na economia-mundo, é importante analisar a atuação de empresas e nações nas dinâmicas do petróleo com base na perspectiva dos sistemas-mundo, formulada por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi na década de 1970, com influência da Teoria da Dependência e do marxismo clássico, bem como os estudos unidisciplinares de Fernand Braudel e seus ciclos de longa duração. Em meio à crise global capitalista do fim dos anos 60, e em conjunto com a crise moral da época, Arrighi e Wallerstein iniciam a busca pelo início histórico do capitalismo e suas estruturas ao longo da história.

Como crítica às teorias tradicionais Realista e Liberalista, a análise estuda a formação e expansão temporal e geográfica do capitalismo a partir da noção de totalidade. Para tal, tem-se que a perspectiva oferece uma abordagem que entende a economia capitalista como um sistema integrado e hierarquizado que, para além do uso das nações como objeto de estudo, aborda o globo integralmente e usa como objeto o sistema-mundo e, no âmbito atual, a economia-mundo capitalista (Wallerstein, 2004). A economia-mundo capitalista é, para Wallerstein (2004), uma grande zona geográfica não limitada por estruturas políticas unitárias, mas que visa a acumulação de capital e é baseada na divisão de trabalho e na troca interna de bens, capital e trabalho.

Assim, tem-se que os principais sujeitos são as empresas, os Estados nacionais, o mercado, os lares/domicílios, as classes e os grupos de status, tornando possível a acumulação de capital. Em vez de estudar isoladamente os Estados, a análise recai sobre sistemas históricos, que podem assumir três formas: minissistemas (sociedades locais autossuficientes),

economias-mundo (regidas pela acumulação de capital) e impérios-mundo (centralizados politicamente), sendo as economias-mundo o tipo predominante e vigente no capitalismo moderno. Portanto, ao contrário do estudo dos Estados-nação individualmente, Wallerstein (2004) propõe substituir o Estado nacional como unidade principal de análise pela noção de sistema-mundo, uma estrutura histórica mais ampla que explica as relações econômicas e políticas em escala global.

Nesse contexto, tem-se, na economia-mundo, uma troca de capital entre produtos de centro e bens de periferia, onde os países mais fortes mantêm algo próximo a um monopólio dos processos produtivos com maior valor agregado, deixando os países periféricos com pouca possibilidade de mudar essa divisão de trabalho internacional. Assim, a análise dos sistemas-mundo busca analisar quem se beneficia das trocas desiguais e da acumulação de capital da economia capitalista, baseado na ideia de que o desenvolvimento e subdesenvolvimento não são etapas sucessivas, mas sim lados de um mesmo sistema capitalista interconectado (Almeida, 2020). Nesse contexto, diferentes regiões ocupam posições distintas de acordo com o grau de controle sobre tecnologia, finanças, capital e poder político: “as funções econômicas são distribuídas de forma desigual entre centro, periferia e semiperiferia.” (Wallerstein, 2004, p. 28). Forma-se uma dinâmica de pirâmide, então, segundo Wallerstein, onde um grupo seleto de países configuram o centro, concentrando poder e riqueza, seguidos pelos países semiperiféricos, com posição mediana, como o Brasil, e as nações de periferia, na base da pirâmide do capital, inferiores política e economicamente.

A posição intermediária, a semiperiferia, é de importante entendimento, ao passo que representa a volatilidade do sistema-mundo e as diversas dinâmicas que compõem essa denominação. Segundo Wallerstein (*apud* Ouriques; Vieira, 2017), a semiperiferia é parte essencial da economia-mundo, desviando, por meio de seus aparatos estatais, pressões que os países periféricos poderiam direcionar ao centro e seus grupos, ao mesmo tempo em que não se encontram na arena política dos Estados centrais, o que dificulta a concretização de seus objetivos individuais. Mas é importante ressaltar, segundo o autor, que esta é uma posição estrutural, e não necessariamente parte de uma transição entre periferia e centro, dado o caráter excepcional dos casos em que foi possível alcançar, para um país periférico, a emancipação e a posição central no sistema.

É importante ressaltar, ainda, que no sistema capitalista, nenhuma posição está garantida: empresas e trabalhadores enfrentam mudanças contínuas, e os países também estão sujeitos ao movimento incessante da economia-mundo. As revoluções tecnológicas e as transições hegemônicas descritas pelos defensores dessa análise reconfiguram periodicamente

a hierarquia global, ameaçando posições antes consolidadas e abrindo espaço para novas disputas de poder. Assim, os Estados precisam reajustar suas estruturas produtivas e institucionais para acompanhar as intensas transformações (Ouriques; Vieira, 2017).

Arrighi, em conjunto com Wallerstein, também aborda essa dimensão histórica dos ciclos de acumulação e hegemonia, mostrando como diferentes potências se sucedem no comando do sistema global, a fim de criar estabilidade para o sucesso das empresas capitalistas líderes nos sistemas. Para Giovanni Arrighi (1996), o capitalismo deve ser entendido como um processo histórico marcado por ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais se alternam fases de expansão material e fases de expansão financeira, seguidas de um declínio e transição para uma nova fase. Inspirando-se em Karl Marx e Fernand Braudel, Arrighi mostra que cada ciclo é conduzido por uma potência hegemônica, um Estado que consolida o capital e organiza a economia mundial, articulando capital produtivo e poder estatal. Tais ciclos são, ainda, baseados na concepção de Braudel², determinados pelos três níveis da economia capitalista: vida material e economia de subsistência, a economia de mercado e o capitalismo em si, o “antimercado”, que é o foco da discussão e a camada superior, segundo Arrighi.

Os ciclos hegemônicos são, então, inspirados na fórmula de Karl Marx para o capital (D-M-D': Dinheiro – Mercadoria – Mais Dinheiro), onde Arrighi identifica um padrão recorrente no capitalismo histórico, marcado pela alternância entre duas fases. A primeira é a de expansão material (D-M), em que o capital monetário impulsiona a produção e transforma o trabalho e a natureza em mercadorias. A segunda é a de expansão financeira (M-D'), quando o capital se desprende da produção e passa a se valorizar por meio de operações financeiras — o movimento D-D', no qual o dinheiro gera mais dinheiro. A sucessão entre essas duas fases forma o que Arrighi chama de ciclo sistêmico de acumulação, o processo completo de expansão e reconfiguração do capitalismo ao longo da história (Brocco; Rached, 2017).

Historicamente, para Arrighi, o capitalismo é composto por quatro ciclos sistêmicos, iniciados na Itália no século XVI. Os princípios fundamentais da sociedade capitalista surgem nas cidades-Estado italianas do Renascimento, cujas práticas financeiras e comerciais dão início ao mercantilismo e à autonomia após a era feudal (Almeida, 2020). Com isso, os

² Para Braudel, o capitalismo deve ser compreendido como um processo histórico de longa duração, enraizado nas estruturas econômicas e sociais de cada época; seu desenvolvimento ocorre em ciclos seculares de expansão e retração, nos quais o mercado, o Estado e as formas de acumulação se articulam de modo dinâmico, revelando a dimensão temporal profunda que sustenta as transformações do sistema econômico ao longo da história (Braudel, 1987).

principais líderes hegemônicos foram a Itália do século XVI, a Holanda a partir de meados do século XVII, o Reino Unido em meados do século XIX, e os Estados Unidos em meados do século XX, em ciclos baseados na expansão produtiva e posteriormente financeira, que gera intensa competitividade entre os países (Arrighi, 1996). Segundo Arrighi, o Moderno Sistema Mundial está diretamente relacionado ao último ciclo de acumulação, baseado na hegemonia estadunidense, que entrou em crise nos anos 70 do século XX, caracterizando o que o autor chama de caos sistêmico. Tal crise, segundo Arrighi, é marcada por uma intensa proliferação das organizações empresariais e transnacionais, refletindo uma perda generalizada do poder dos Estados, em conjunto com o enfraquecimento dos movimentos sociais (Brocco; Rashed, 2017).

Segundo os autores da perspectiva dos sistemas-mundo, a hegemonia é o eixo norteador dos ciclos de acumulação. De acordo com Wallerstein, a hegemonia se estabelece de forma gradual: primeiro pela primazia na produção, que garante vantagem no comércio, e, em seguida, pelo domínio financeiro, sendo o momento hegemônico definido pela convergência dessas três superioridades. Para Arrighi, inspirado por Gramsci, além desse aspecto material, a hegemonia também envolve uma dimensão ideológica, intelectual e moral, expressa na capacidade de um Estado dirigir e organizar um sistema de nações soberanas (Arrighi, 1994). Assim, as crises hegemônicas, em especial o colapso da hegemonia estadunidense, geram repercussões em inúmeras esferas das Relações Internacionais.

Nesse contexto, os Estados semiperiféricos, diante da pressão exercida pelos países centrais e da necessidade de não cair na periferia, buscam ativamente avançar em direção ao centro, tornando-se receptores estratégicos da realocação de produtos anteriormente dominantes, considerados hoje como meio de alcançar o desenvolvimento econômico (Wallerstein, 2004). Com isso, quanto mais fraco o país, menor a capacidade de acumulação de capital em processos produtivos, o que faz do aparato estatal o principal agente no potencial de desenvolvimento, ao passo que:

Em Estados que possuem matérias-primas altamente lucrativas no mercado mundial (como o petróleo), a renda disponível ao Estado é essencialmente uma renda de caráter rentista; e, também nesse caso, o controle efetivo da manufatura garante que grande parte dessa renda possa ser desviada para mãos privadas. (Wallerstein, 2004, p. 53, tradução nossa).³

³ “In states that have raw materials which are very lucrative on the world market (such as oil), the income available to the states is essentially rent, and here too the actual control of the machinery guarantees that much of the rent can be siphoned off into private hands.”

É possível ver, então, como os Estados existem dentro de um sistema interestatal, e sua força relativa não se deve apenas à capacidade de exercer autoridade internamente, mas também pela habilidade de se manter firmes no ambiente altamente competitivo do sistema mundial. Isso porque, embora todos os Estados sejam soberanos em teoria, os Estados fortes têm muito mais facilidade para intervir nos assuntos internos de Estados mais fracos, e isso é amplamente reconhecido.

Esse referencial permite compreender que os recursos estratégicos, como o petróleo, são fundamentais para definir a posição dos países na hierarquia da economia-mundo e nos ciclos de acumulação sistêmica.

2.2 A EVOLUÇÃO GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E DO PODER NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Com base na exposição, é relevante observar como o petróleo é parte fundamental dos ciclos sistêmicos de acumulação e das fases de hegemonia da economia, em especial a hegemonia norte-americana do século XX. A leitura dos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi ajuda a compreender como a hegemonia norte-americana se estruturou de maneira inédita em torno do petróleo.

Nos ciclos anteriores, genovês, holandês e britânico, o capital financeiro se consolidava após uma fase de expansão produtiva; no caso dos Estados Unidos, o petróleo desempenhou papel decisivo tanto no auge da supremacia material, quanto na transição para a fase financeira. Como mostra Timothy Mitchell (2011), o petróleo não foi apenas uma mercadoria estratégica, mas um recurso energético do qual a forma material e modos de fácil circulação e investimento modificaram as concepções de poder no século XX. Diferentemente do carvão, de mais difícil extração e que mobilizava grandes massas em seu processo produtivo, a grande facilidade do petróleo em ser extraído e transportado tornou a matéria prima a commodity mais cobiçada no comércio internacional já nos anos 1960 (Mitchell, 2011). No comércio internacional de petróleo, o produto passou a ser negociado não na moeda dos países produtores ou consumidores, mas na moeda das companhias que controlavam sua produção, processo que consolidou a centralidade do dólar e fortaleceu a hegemonia financeira dos Estados Unidos, país na qual grande parte de tais empresas tinham base (Schmidt, 2017).

Com base nisso, é importante analisar a evolução do último ciclo sistêmico, baseado na hegemonia norte-americana, e o papel do petróleo em seu fortalecimento. A hegemonia

dos Estados Unidos se iniciou com a crise financeira e produtiva do último hegemom, o Reino Unido, no fim do século XIX e teve base na união entre o capital industrial e o crescente capital bancário, no imperialismo interno dos Estados Unidos que, após o fim da Guerra Civil americana, tornou o país superior tecnológica e economicamente dominante em relação ao resto do globo. No final do século XIX, começaram a se consolidar grandes corporações com dimensões e alcance inéditos, o que demandou novas formas de organização do capital, processo ligado à integração vertical e à internalização dos custos de transação. A incorporação de diferentes atividades em um mesmo campo organizacional permitiu reduzir despesas associadas à circulação de insumos intermediários e tornar mais eficiente a articulação entre produção primária e consumo final (Arrighi, 1996 *apud* Schmidt, 2017).

Nesta nova economia altamente desenvolvida, com empresas capitalistas que integram o processo produtivo por completo e reduzem custos para expandir sua atuação para o exterior, o petróleo ocupou posição essencial na fase posterior do desenvolvimento da economia dos Estados Unidos. Como principal exemplo, tem-se a Standard Oil Co., idealizada por John Rockefeller no fim do século XIX para organizar e verticalizar a nascente indústria petroleira americana, chegando a controlar 90% do setor nos Estados Unidos e dominando o mercado internacional. Com sua estratégia, Rockefeller instituiu a moderna indústria petrolífera ao criar a companhia integrada, capaz de controlar todo o fluxo do petróleo, da extração ao consumo final (Yergin, 2014). A integração vertical no setor petrolífero esteve diretamente relacionada à necessidade de assegurar a continuidade do abastecimento, tendo em vista o caráter estratégico do petróleo como fonte de energia. A estruturação da cadeia produtiva buscava garantir que todas as etapas, da extração ao refino e à distribuição, permanecessem sob controle corporativo, de modo a evitar rupturas no fluxo do óleo. Nesse contexto, a Standard Oil consolidou sua posição no início do século XX, exercendo seu domínio não apenas sobre o mercado interno dos Estados Unidos, mas também sobre a produção, o comércio e o refino em escala internacional (Schmidt, 2017).

No início do século XX, a Standard Oil Co. foi desmantelada, mas com o avanço dos automóveis e das tecnologias da indústria petroleira, fez com que as empresas participantes da Standard se valorizassem grandemente, dando início às empresas atuais Exxon, que manteve sua liderança por décadas, assim como Chevron e Mobil (Schmidt, 2017). Além disso, durante o mesmo período, a empresa anglo-holandesa Royal Dutch Shell e a British Petroleum Company (BP e antiga Anglo-Persian Oil Company) são exemplos de grandes empresas internacionais influentes no período, que também passaram por intenso processo de

verticalização e controle de todas as etapas do processo produtivo (Schmidt, 2017), dando início à era de dominação das petroleiras, que perdura até os dias atuais.

Internacionalmente, após a Segunda Guerra Mundial, diversos mecanismos político-econômicos foram criados pela união anglo-americana em prol do controle dos países produtores de petróleo, em especial as nações árabes, os impedindo previamente de manter soberania sobre seus recém-descobertos poços de petróleo (Mitchell, 2011). O International Petroleum Council foi criado, então, em parceria com as grandes empresas do ramo petroleiro, especialmente após o enfraquecimento da posição norte-americana em relação aos países produtores de petróleo na América do Sul – que, tendo em vista sua soberania e independência mais longa, eram capazes de negociar tratados mais igualitários e cuja subordinação era mais dificultosa por parte das empresas petrolíferas. O Oriente Médio, por sua vez, na época composto por países ainda firmando sua soberania, deu aos Estados Unidos oportunidade para se apresentar como agente desenvolvedor mas que, na realidade, como aponta Mitchell, veio para legitimar o controle anglo-americano sobre a região, subordinando os direitos soberanos dos países produtores a uma lógica de controle exercida pelas grandes potências.

Nesse contexto, entre 1945 e 1973, a política externa do Norte Global possibilitou o domínio das Sete Irmãs, formadas pela BP, Chevron, Esso, Gulf, Mobil, Shell e Texaco, grandes empresas de origem norte-americana e inglesa, sobre a produção de petróleo no globo. O grupo, então, ao restringir a competitividade entre si e regular o mercado internacional do petróleo, passou a se comportar como cartel e a controlar politicamente, também, os países detentores do recurso natural, especialmente nas Américas e no Oriente Médio, além de deter o capital e tecnologia necessários para extração, refino e transporte dos hidrocarbonetos (Schmidt, 2017). A crescente indústria petrolífera não apenas forneceu a base material para a expansão do capitalismo durante o período hegemônico norte-americano, mas também fomentou sua revolução organizacional, marcada pela integração vertical e pela forte monopolização, exemplificada pela Standard Oil, que concentrou o capital sobretudo nos países do centro desenvolvido (Schmidt, 2017).

Durante o domínio das Sete Irmãs, a indústria do petróleo se consolidou, portanto, como uma das ferramentas essenciais na manutenção da hegemonia norte-americana, baseada no consumo, no desenvolvimento econômico e no uso do petróleo como base energética. O consumo em massa propagado pelo “estilo de vida americano” e o início da era dos automóveis fez do controle do petróleo algo essencial. Aliado a isso, como aponta Mitchell (2011), as nações que não possuíam petróleo eram sujeitas a negociar ou trocar para obtê-lo,

tornando-se dependentes da vontade dos com abundância da commodity. Assim, até os anos 1970, a estabilidade do mercado petrolífero esteve sustentada, de um lado, pelos acordos estabelecidos na década de 1940 entre as Sete Irmãs, que definiram normas de operação conjunta no Oriente Médio, e, de outro, pelos contratos de concessão firmados com os países produtores da região, os quais mantiveram sua eficácia até meados dos anos 1950 (Mitchell, 2011).

É importante ressaltar, ainda, que além do controle sobre o capital transnacional e tecnologias, por meio da indústria petrolífera, os Estados Unidos mantiveram forte controle militar sobre os países do Oriente Médio, que passaram a depender do complexo industrial militar norte-americano para sua segurança militar. A partir da década de 1950, os Estados Unidos empreenderam diversas operações sobre a região, o que culminou na rápida expansão da presença norte-americana: entre 1940 e 1967, as empresas dos Estados Unidos ampliaram sua participação nas reservas petrolíferas do Oriente Médio de 10% para quase 60% (Harvey, 2004 *apud* Schmidt, 2017).

À luz destas considerações, é possível ver como o mercado internacional do petróleo constituiu-se como uma complexa rede de acordos interdependentes, que envolvia desde a articulação entre as grandes companhias até negociações com os Estados produtores e os governos consumidores. Nos anos 1960, as chamadas Sete Irmãs atuavam de forma cartelizada, coordenando preços e assegurando seu domínio sobre a oferta global. Ao mesmo tempo, estabeleciam compromissos financeiros com governos, em especial o dos Estados Unidos, que lhes concediam liberdade tributária em troca da reinversão dos lucros na exploração de novos campos. Esse arranjo garantiu a manutenção de um fluxo constante de petróleo cru, adequado às necessidades de uma economia mundial em rápida expansão, e funcionou como pilar central da estabilidade do sistema energético internacional (Strange, 1988). No entanto, acontecimentos entre os anos 60 e 80 do século XX abalaram a hegemonia norte-americana. Como aponta Arrighi,

A crise iminente do regime norte-americano foi assinalada entre 1968 e 1973, em três esferas distintas e estreitamente relacionadas. Militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods; e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior (1996, p. 310).

O caos sistêmico pode ser visto no setor do petróleo em especial com a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), composto por países semiperiféricos e em desenvolvimento que, com o aumento de discursos decoloniais e que fomentavam a soberania, passaram a rejeitar o domínio das Sete Irmãs sobre o petróleo mundial. Arábia Saudita, Venezuela, Irã, Iraque e Kuwait visavam assegurar maior participação nas receitas do petróleo, conservar suas reservas e organizar um crescimento econômico sustentável, recorrendo a mecanismos de restrição de produção semelhantes aos utilizados nos Estados Unidos (Mitchell, 2011). Antes disso, os preços do petróleo eram determinados pelos Estados Unidos e suas necessidades de importação, mas com a criação da OPEP, os países produtores passaram a receber uma remuneração fixa com base nos barris de petróleo produzidos, mesmo com a queda nos preços internacionais do produto após a ascensão de empresas independentes da União Soviética e de outros países da Europa.

Nos anos 70, ainda, uma série de acontecimentos conhecidos como as “Crises do Petróleo” afetaram o preço e a produção do recurso. Após demandas de aumento no preço do barril e na taxa recebida pelos países produtores, os países da OPEP avançaram para a nacionalização das companhias estrangeiras e para o controle direto da produção de petróleo, encerrando o sistema em que as multinacionais monopolizavam os lucros e eram apenas tributadas pelos Estados. Em 1972, o Iraque anunciou a nacionalização da Iraq Petroleum Company, controlada pelos britânicos. O Irã já havia advertido que, em 1979, com o fim do acordo de consórcio realizado 25 anos antes, exigiria um arranjo radicalmente diferente. A Arábia Saudita, por sua vez, negociou a transferência gradual da Aramco para o controle estatal, ameaçando nacionalizá-la caso não houvesse acordo, movimento que foi seguido também pelo Kuwait e pelo Irã no mesmo período (Mitchell, 2011). Com isso, se inicia uma fase na história do petróleo onde as empresas aparentam perder poder para o mercado, que por sua vez estava sujeito a decisões estatais dos países produtores de petróleo (Strange, 1988).

Portanto, após os acontecimentos da década de 70, os mecanismos de precificação e produção do petróleo sofreram mudanças. Primeiro, os Estados produtores assumiram dos consórcios privados o controle da restrição da produção, tornando mais viável a manutenção de preços elevados sem o risco de ações antitruste. Em segundo lugar, as companhias internacionais, responsáveis pelo refino e pela comercialização, precisavam não apenas limitar a oferta de petróleo, mas também enfraquecer fontes energéticas concorrentes, causando a “crise de energia” de 1973–74, um fenômeno mais amplo do que a simples escassez de petróleo, com fortes repercussões financeiras. Os países produtores haviam assumido a produção de petróleo bruto (e parte da produção de derivados) das companhias

petrolíferas; contudo, não tinham assumido plenamente a responsabilidade pela exploração, causando uma queda na participação da OPEP dentro das exportações mundiais de 70% para 30% (Strange, 1988).

Com isso, tornou-se necessário ampliar mercados consumidores, em especial o norte-americano, que até então restringia importações para proteger a produção doméstica e sustentar o valor do dólar; as empresas direcionaram seus esforços de prospecção e seus recursos financeiros e tecnológicos para campos fora da OPEP, como no Alasca, no Mar do Norte e no México. Quando esses mecanismos se mostraram insuficientes, Washington passou a recorrer ao aumento expressivo das exportações de armas para países produtores, sobretudo o Irã, como forma de consolidar a nova ordem petrolífera. Com isso, as empresas petrolíferas passaram a discutir o fim do acordo Bretton Woods⁴, que atrelava o dólar, moeda referência internacional, ao ouro. Com base nesse contexto, a fim de manter sua competitividade, empresas estrangeiras passaram a ter mais espaço para seu desenvolvimento, enquanto as grandes firmas direcionaram foco à formulação de técnicas mais avançadas de refino e, conseqüentemente, à concentração do refino nas indústrias norte-americanas. Essa expansão para áreas de difícil acesso, que exigiam tecnologias sofisticadas, estimulou o desenvolvimento de novas competências de gestão e inovação, redefinindo a lógica competitiva do mercado internacional e elevando as barreiras de entrada no setor petrolífero (Schmidt, 2017).

Então, a partir da década de 1970, observou-se uma mudança significativa na dinâmica do mercado de petróleo: a iniciativa passou das grandes companhias para os países exportadores, que passaram a exercer maior controle sobre os preços, buscando maximizar o valor em vez do volume. As nacionalizações de concessões, como o Kuwait em 1975 e Venezuela em 1976, simbolizaram o fim do regime de concessões em que as Sete Irmãs ditavam as regras. Esse cenário transformou o petróleo em uma questão de segurança nacional para os países consumidores, motivando a criação da Agência Internacional de Energia (AIE) em 1974, com o objetivo de gerenciar suprimentos e incentivar a conservação e o desenvolvimento de fontes alternativas. Ao mesmo tempo, percebeu-se que a soberania das nações industriais estava diminuída, com o poder econômico sendo modificado pela influência estratégica do petróleo (Yergin, 2008).

⁴ O Acordo de Bretton Woods estabeleceu a estrutura internacional de comércio e de desenvolvimento econômico, com o objetivo de estabilizar o sistema financeiro global, formando um arranjo que sustentou o período de expansão material da hegemonia dos Estados Unidos. (Schmidt, 2017).

Tal período de instabilidade foi convergente com a fase de expansão financeira do ciclo hegemônico americano, após uma crise de acumulação capitalista, fenômeno típico dos ciclos hegemônicos. Tendo em vista o desenvolvimento de países do Leste Asiático e da Europa, a competitividade internacional aumentou, dando início ao declínio do domínio americano sobre a economia-mundo capitalista. Com o rompimento definitivo com o padrão dólar-ouro em 1973, instalou-se um câmbio flexível, no qual os fluxos monetários não passavam mais pelo controle estatal e a economia passou a ter base em um sistema financeiro com maior elasticidade. Ademais, a crise da hegemonia norte-americana distingue-se das anteriores por ter o conflito social antecedendo a expansão financeira: a fuga de capitais para mercados externos refletia tanto a intensificação das tensões domésticas quanto um voto de desconfiança na economia dos EUA. Apenas com a Revolução Iraniana de 1979, que novamente gerou um período de anarquia nos preços do petróleo e, posteriormente, com a expansão financeira das décadas de 1980 e 1990, Washington conseguiu atenuar, ainda que parcialmente, os sinais de seu declínio (Arrighi, 2008).

A fim de retomar seu domínio, nesse contexto, os Estados Unidos elevaram as taxas de juros para redirecionar o capital internacional para si, fazendo da nação o principal credor e provedor de liquidez que, com a desregulamentação, proporcionou aos americanos a *belle époque* dos anos 1980 (Arrighi, 1996). Então, se inicia a fase da financeirização da hegemonia norte-americana, que transfere os lucros do setor produtivo para a esfera financeira, agora prioritária. A recentralização do poder de compra nos EUA, impulsionada por novas políticas monetárias e altas taxas de juros, gerou lucros extraordinários e submeteu os países do Terceiro Mundo a uma forte perda de autonomia, o que declinou, inclusive, os preços do petróleo em 50% (Schmidt, 2017). Nesse contexto de livre mercado e desregularização financeira, o petróleo tornou-se um ativo financeiro crucial, uma commodity não mais controlada pelas grandes empresas e pela OPEP, e sim pela esfera financeira.

Nesse contexto, a queda dos preços do petróleo em 1986 inaugurou a chamada “década perdida” para muitos países do Terceiro Mundo, comprometendo os projetos de desenvolvimento dos países exportadores e acelerando a crise soviética, altamente dependente das rendas energéticas. Esse colapso não apenas precipitou a dissolução da URSS, mas também deixou clara, na lógica dos ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi, a transição para uma ordem centrada na hegemonia financeira norte-americana, baseada na vulnerabilidade energética de seus rivais (Schmidt, 2017). Além disso, tal queda nos preços mostrou a falha dos países no monitoramento dos preços do petróleo, dando enfoque aos ideais neoliberais em discussão.

O ressurgimento dos ideais de livre-mercado dos anos 90 marcam, então, o retorno da liberdade econômica, fazendo desta década um período que inaugura uma nova etapa da globalização, marcada pela predominância do processo de privatização e pela crescente desregulamentação das economias capitalistas centrais. Essas transformações estruturais consolidaram a hegemonia norte-americana e reconfiguraram a ordem internacional, impondo aos países periféricos novos padrões de inserção e dependência no sistema-mundo (Yergin, 2014). Novos atores se tornam, também proeminentes no jogo internacional do poder, como os Tigres Asiáticos, a China e a Rússia. Com a crise financeira asiática no fim dos anos 90, além disso, o petróleo sofreu um novo choque, que aprofundou crises iniciadas na década de 80, o que fomentou a reformulação da indústria petrolífera novamente. Desde os anos 90 e até os dias atuais, portanto, o mercado de petróleo continuou a evoluir sob a influência da financeirização e do neoliberalismo, impulsionada pela necessidade de eficiência e a busca por escala.

Dessa forma, os avanços tecnológicos ampliaram significativamente a economia como um todo, principalmente o alcance da exploração petrolífera mundial, tornando acessíveis bilhões de barris que antes eram inviáveis e sustentando, assim, o crescimento econômico global e a expansão da mobilidade. Esse progresso, descrito como um “just-in-time” energético, passou a acompanhar o período em que a economia mundial parece acelerar em ritmo constante, alimentando a crescente demanda por petróleo. Paralelamente, a geopolítica também se transforma rapidamente: países que antes restringiam investimentos externos passaram a abrir suas fronteiras ao capital e à tecnologia internacional, modificando de forma abrupta a estrutura do confronto global. Esse movimento foi particularmente marcante nos Estados que sucederam a União Soviética, como a Rússia e as repúblicas do entorno do Cáspio, que ingressaram nos mercados globais no final do século XX, ampliando os alicerces da oferta mundial de petróleo (Yergin, 2014).

Tem-se, então, uma reestruturação da indústria petroleira que perdura até os dias atuais, marcada por diversos fatores. Com as inovações institucionais do mercado financeiro, como a criação dos mercados futuros do petróleo pela bolsa mundial New York Mercantile Exchange (Nymex), tornou-se possível que compradores e vendedores minimizassem riscos ao fixar preços futuros, e que especuladores fornecessem liquidez, buscando lucros com a volatilidade dos preços de ativos e commodities. Assim, com a virada financeira liderada pelo líder hegemônico, o petróleo se tornou uma commodity fortemente influenciada pela esfera financeira, e tirou o poder de controle das mãos dos países produtores, se tornando um ativo altamente cobiçado na economia até o presente. Companhias petrolíferas e produtores

independentes reinvestiram lucros, fizeram empréstimos bancários e se alavancaram intensamente para participar desse novo jogo. Até mesmo "médicos e dentistas da América" investiram em fundos de perfuração de petróleo para proteger suas economias da inflação e dos preços crescentes, tratando o petróleo como um investimento financeiro (Yergin, 2008).

Ainda, a fim de obter mais lucros e eficiência, uma onda de “megafusões”, ademais, marca a fase atual do ciclo hegemônico americano, como BP-Amoco, Exxon-Mobil, Chevron-Texaco e, posteriormente, a Shell e a British Gas. Tais fusões e reestruturações financeiras e produtivas tornaram as empresas maiores e com maior capacidade de efetuar projetos mais complexos e de maior porte (Schmidt, 2017). Em conjunto com tais empresas, a China vem se mostrando como mais um protagonista no setor petrolífero, ao se tornar o segundo maior consumidor e importador de petróleo, com suas estatais China National Petroleum Company (CNPC), Sinopec e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), competindo globalmente por recursos, especialmente na África e América Latina (Yergin, 2014).

Cabe destacar, além disso, que o ativo se mostrou gatilho de conflitos e tensões geopolíticas nos anos 90 e 2000, como a Guerra do Golfo, em que a invasão do Kuwait pelo Iraque gerou uma coalizão internacional para proteger o fluxo de petróleo, com a Arábia Saudita, detentora do maior campo de petróleo, como um dos principais objetivos militares. Ainda, após os ataques de 11 de setembro, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos pode ser interpretada não apenas como parte de um discurso de promoção da democracia, mas sobretudo como expressão de uma estratégia voltada à segurança energética, dada a relevância geopolítica do Oriente Médio e a influência dos países da região sobre a produção e o abastecimento mundial de petróleo (Yergin, 2014).

À luz destas considerações, torna-se possível identificar não apenas novas dinâmicas, mas também a ascensão de atores que transformaram profundamente a estrutura e as correlações de força no mercado internacional do petróleo. O petróleo se tornou, atualmente, mais do que somente uma commodity, mas sim um ativo financeiro que perpassa diversos aspectos da economia, do setor produtivo à esfera financeira e que, além disso, representa parte essencial das dinâmicas de poder da economia-mundo capitalista.

2.3 O PETRÓLEO COMO OBJETO DE COBIÇA NO SISTEMA INTERNACIONAL

Com base neste panorama histórico, cabe a esta seção entender como, atualmente, o petróleo se tornou um objeto de cobiça e ativo de poder no sistema internacional, devido à sua

importância estratégica, econômica e geopolítica. Como Daniel Yergin (2008) colocou, a era atual é caracterizada pelo “hydrocarbon man”, tendo em vista que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a cobiça por petróleo apenas cresceu, impulsionando a população humana, tanto em suas formas mais conhecidas, como combustível, quanto na multiplicação de novos produtos petroquímicos. Nesse sentido, é impossível entender a economia-mundo capitalista sem levar em conta as dinâmicas do petróleo.

O crescimento da demanda e consumo de petróleo se deve a diversos motivos, baseados no crescimento econômico e aumento do consumo como um todo na economia-mundo capitalista. No fim da década de 60, por exemplo, as populações de nações industriais atingiram um nível de vida baseado no consumo antes inimaginável, agora com uma crescente demanda por carros, máquinas, produtos industrializados e indústrias passando a utilizar plástico como base da produção. Como aponta Yergin (2008)

Em todos os aspectos, a indústria do petróleo tornou-se gigantesca. Todo o crescimento na produção e no consumo só foi possível graças à construção de uma vasta infraestrutura. Multidões de novas refinarias foram erguidas — cada vez maiores, projetadas para atender mercados em rápida expansão e para alcançar economias de escala. [...] ‘O maior é o melhor’ tornou-se o lema dominante da indústria do petróleo. E esse mesmo fascínio pelo ‘quanto maior, melhor’ também conquistou os próprios consumidores. (p. 712, tradução nossa).⁵

Tal recurso natural adquire, portanto, uma importância econômica e industrial inédita, com rendimento imbatível como combustível e de difícil substituição. Mais do que somente um material essencial para a produção fabril do século XX, então, o petróleo se tornou um ativo no mercado internacional financeirizado, sujeito a flutuações de mercado e especulação financeira. Especialmente após os anos 1970, em um contexto de caos sistêmico e ressurgimento de ideais liberais, a financeirização do petróleo está intimamente ligada à fase de expansão financeira do ciclo hegemônico norte-americano, marcada por uma revolução monetária e pela recentralização do poder financeiro nos Estados Unidos a partir dos anos 1980, como exposto anteriormente.

O fim da cartelização petrolífera estabelecida pelas Sete Irmãs por décadas, com as nacionalizações feitas na década de 1970, em conjunto com o protagonismo do mercado financeiro futuro e os *traders*, abriu espaço para um mercado mais diversificado, onde empresas estatais vendiam diretamente a uma gama mais ampla de compradores, como

⁵ “In every aspect, the oil industry became elephantine. For all the growth in production and consumption could not have been accomplished without infrastructure. Multitudes of new refineries were built—larger and larger in size, as they were designed to serve rapidly growing markets and to go for economies of scale. [...] Bigger is better—that was the dominant theme in the oil industry. “Bigger is better” also enthralled the consumers of oil.”

refinarias independentes, as grandes empresas petroleiras e os comerciantes independentes. Os preços passaram então a ser voláteis e definidos pela oferta e demanda imediatas e pela especulação (Yergin, 2008). Em conjunto, a popularização do mercado futuro tornou ainda mais voláteis os preços do petróleo, transferindo a influência para os mercados financeiros. Inicialmente, as grandes empresas petrolíferas reagiram com ceticismo e hostilidade, mas rapidamente perceberam que a rejeição desse novo modo econômico não seria possível, e a participação em futuros de petróleo na Nymex se tornou generalizada. Nesse contexto,

Alguns, no mundo ocidental, passaram a temer, de forma sombria, que o que estava em jogo não era apenas o preço da mais importante commodity mundial, nem apenas o crescimento econômico ou a integridade da economia global, mas talvez até mesmo a própria ordem internacional e a sociedade mundial tal como a conheciam (Yergin, 2008, p. 916, tradução nossa).⁶

No contexto de sua financeirização, o petróleo passou a ser negociado não apenas como insumo energético, mas também como ativo financeiro, adquirido muitas vezes sem a intenção de consumo, mas como mecanismo de diversificação de investimentos. Esse processo, intensificado pelos avanços tecnológicos, aumentou a volatilidade do sistema capitalista contemporâneo e contribuiu para a formação de bolhas especulativas. Nesse sentido, a dinâmica dos preços do petróleo em meados de 2004, por exemplo, causou uma alta contínua do valor do barril que atraía ainda mais capital para o mercado, alimentando um ciclo de valorização artificial (Schmidt, 2017). A alta dos preços do petróleo teve efeitos diretos sobre a economia global, causando uma desaceleração no crescimento mundial. Esse quadro se agravou com a crise financeira de 2008, quando o colapso do banco norte-americano Lehman Brothers desencadeou uma queda abrupta no preço do petróleo West Texas Intermediate (WTI), rompendo a tendência de valorização contínua observada até então (Yergin, 2008 *apud* Schmidt, 2017). Embora os preços tenham se recuperado posteriormente, o episódio é evidência da profunda interdependência entre o mercado de petróleo e a estabilidade do sistema financeiro internacional.

É importante ressaltar, ainda, como o petróleo se configura como um instrumento de poder. Segundo Susan Strange (1988), o poder é estrutural, e se revela na sociedade e na política por meio de quatro estruturas: segurança, produção, conhecimento e ideologia. Nesse contexto, a energia é, para a autora, um fator indiscutível no estabelecimento da produção e da segurança, juntamente com tecnologia, capital, terra e trabalho. O petróleo é, então, em

⁶ “Some in the Western world gloomily began to fear that what was at stake was not only the price of the world’s most important commodity, not only economic growth and the integrity of the world economy, but perhaps even the international order and world society as they knew it.”

conjunto com outras formas de energia ao longo da história, um dos principais objetos de cobiça por Estados ao representar estabilidade na estrutura multifacetada que é o poder. Energia é, então, força política, assim como o carvão se mostrou essencial em questões de segurança nacional e lutas políticas do século XIX; na era do petróleo, devido à sua mobilidade, tais discussões políticas se tornaram transnacionais. Conforme aponta Kissinger (*apud* Strange, 1988), economias e bem-estar nacional se tornaram dependentes das decisões de nações exportadoras de energia, influenciando de maneira intensa as decisões de política externa e segurança feitas pelos governos. Assim, a energia, em especial o petróleo, nos tempos atuais, se configura como fator decisivo na riqueza e segurança dos Estados modernos, sendo não somente um recurso material, mas também instrumento de barganha diplomática e ideológica (Strange, 1988).

Ainda, esse recurso tem imensurável centralidade estratégica e militar para as nações atuais e, em diversos pontos da história, se mostrou essencial para a segurança militar dos países; a compra da Anglo-Persian Oil Company (atual BP) pelo governo britânico, antes da Primeira Guerra Mundial, visando assegurar o fornecimento de combustível para a sua frota naval, é exemplo claro desta dinâmica. Além disso, conflitos como a Guerra do Golfo nos anos 90 e a invasão do Iraque são interpretadas como causa e consequência das discussões acerca do petróleo, um prêmio decisivo nos conflitos globais. Nesse contexto, a capacidade do petróleo de gerar conflitos se deve a diversos motivos, entre eles sua distribuição geográfica concentrada e escassa, o que cria insegurança e vulnerabilidade no sistema energético, ao passo que apenas nove países são responsáveis pela prospecção mundial de oito em cada dez barris de petróleo consumidos diariamente (Natalino, 2017). A importância do petróleo à segurança nacional, energética e econômica, faz com que os países consumidores, então, intervenham no mercado global e na geopolítica.

Há, com o petróleo, o “fantasma da escassez”, como aponta Yergin, onde períodos de medo são frequentemente seguidos por novas descobertas e aumentos na oferta, impulsionados por inovações tecnológicas e o mecanismo de preços. Mesmo com inovações em matrizes energéticas alternativas, o petróleo e o gás continuarão sendo os atores principais no mercado de energia (Schmidt, 2017). Atualmente, graças à essencialidade do petróleo, novas maneiras de obtê-lo estão sendo desenvolvidas, como a exploração de petróleo em águas profundas, a exemplo do pré-sal do Brasil e do desenvolvimento do gás de xisto nos Estados Unidos. Contemporaneamente, ainda, um conflito reflexo da ambição por recursos energéticos são as disputas no Mar do Sul da China, palco de reivindicações territoriais sobrepostas de China, Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan. Estimativas de 2012

indicavam que a região continha cerca de 11 bilhões de barris de petróleo e com potencial para a descoberta de mais 12 bilhões de barris (Mia *et al*, 2024). A disputa no Mar do Sul da China reflete a luta pela jurisdição sobre recursos energéticos estratégicos: a China, em busca de segurança energética diante de sua crescente demanda por hidrocarbonetos, adota ações assertivas como a militarização da região e a construção de ilhas artificiais. Esse cenário já gerou incidentes, como em 2007, quando Pequim pressionou o Vietnã e empresas estrangeiras a suspenderem atividades de exploração de petróleo, o que demonstra, novamente, a influência política e econômica do petróleo e fontes energéticas na atualidade.

Com base neste contexto, clarifica-se a importância do petróleo na economia-mundo capitalista, principalmente no contexto atual. Apesar do fomento à fontes alternativas de energia, segundo o Energy Institute (2023), a produção de petróleo em 2022 aumentou em 3,8 milhões de barris/dia em comparação a 2021, e o consumo do recurso teve um crescimento de 2,9 milhões b/d no mesmo ano. Além disso, segundo pesquisas da BP (2024), a demanda global tinha previsão de atingir seu pico no ano presente, com cerca de 102 milhões de barris por dia. Após esse pico, no entanto, projeta-se uma queda gradual, no cenário de política vigente, para cerca de 75 milhões bpd em 2050, enquanto no cenário focado em emissões zero, o declínio é muito mais acentuado. Esse panorama sugere que campos recém-descobertos ou em fase de desenvolvimento, como o pré-sal brasileiro, fazem com que decisões regulatórias e de investimento levem em conta não apenas o presente, mas as projeções de menor demanda fóssil, mudança tecnologia e pressão por energias mais limpas. Os limites do petróleo se mostram mais presentes no cenário atual, o que faz com que buscas por extrações alternativas demandem foco na discussão.

Tabela 1 – Projeções da demanda mundial de petróleo até 2050 (em milhões de barris por dia – Mb/d)

Ano	Current Trajectory	Net zero
2022	~100	~100
2035	~100	~80
2050	~75	~25-30

Fonte: BP Energy Outlook 2024 (BP, 2024, p. 16).

Essas projeções evidenciam a centralidade do petróleo no curto prazo e, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade estrutural no longo prazo. Tem-se, então, que esse recurso natural, desde sua descoberta, trouxe consigo uma busca incessante, reflexo de sua essencialidade para

a economia global e para o poder militar dos Estados. A análise dos cenários energéticos mostra como a janela de tempo para grandes projetos de exploração, como o pré-sal brasileiro, é limitada. Apesar da demanda global por petróleo continuar significativa na próxima década, a pressão por transição energética e a crescente financeirização do setor petrolífero mostram como a expansão é restringida, o que torna a análise de alternativas de extração, como as águas profundas do litoral brasileiro, algo de suma importância para o desenvolvimento brasileiro contemporâneo.

3. O BRASIL NA SEMIPERIFERIA E O PETRÓLEO BRASILEIRO

A partir do referencial teórico discutido no capítulo anterior, este capítulo analisa a posição do Brasil no sistema-mundo capitalista e sua relação com a indústria do petróleo. O objetivo é compreender como a condição semiperiférica do país se expressa em sua trajetória econômica e energética, marcada por tentativas de superar a dependência externa e, ao mesmo tempo, por limites estruturais persistentes. Para isso, o capítulo discute a inserção histórica do Brasil como semiperiferia; em seguida, será abordada a formação da indústria do petróleo nacional e a centralidade da Petrobras.

3.1 O BRASIL NA SEMIPERIFERIA DO MUNDO

A posição do Brasil no sistema-mundo capitalista é tradicionalmente caracterizada como semiperiférica, isto é, intermediária entre os países centrais e periféricos. Essa condição caracteriza um país que, embora tenha desenvolvido capacidades industriais, tecnológicas e institucionais, permanece marcado por uma inserção internacional dependente da exportação de commodities e da vulnerabilidade ao capital externo. Com base nas formulações de Wallerstein e Arrighi, esta seção examina como o Brasil se consolidou nesse espaço híbrido da economia-mundo, ressaltando tanto suas potencialidades de autonomia quanto seus limites estruturais.

Como visto no capítulo anterior, segundo Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, vivemos em uma economia-mundo capitalista, que se divide em três zonas principais: centro, periferia e semiperiferia. As regiões centrais tendem a concentrar atividades de maior valor agregado, caracterizadas por altos lucros e salários elevados e, por isso, apropriam-se da maior parte dos benefícios da divisão internacional do trabalho. Já as regiões periféricas especializam-se em atividades de baixo valor, com reduzida rentabilidade e baixos salários, o que as coloca em posição de desvantagem estrutural. Entre esses polos, situam-se as regiões semiperiféricas, como o Brasil, cuja característica é combinar elementos de ambos os extremos: apresentam setores dinâmicos e lucrativos, típicos do centro, e setores de baixa produtividade e dependentes, próprios da periferia. Essa condição lhes permite captar mais benefícios que as regiões periféricas, mas os mantém distantes da capacidade de acumulação das regiões centrais (Karatasli, 2017) .

Nesse contexto, há um esforço dos países semiperiféricos em ascender para o centro nas dinâmicas internacionais, caracterizando o que Arrighi (1994) chama de “zona de

turbulência política”, marcada por instabilidade, conflitos e mudanças de posição. Sofrem pressão dos países centrais e, ao mesmo tempo, exercem pressão sobre os periféricos, ao passo que sua principal preocupação é evitar o rebaixamento à periferia e, ao mesmo tempo, buscar ascender em direção ao centro. Para tal fim, recorrem com frequência a políticas de caráter intervencionista, principalmente medidas protecionistas, que buscam proteger setores produtivos da concorrência externa enquanto tentam, internamente, aumentar sua competitividade no mercado mundial. Esses países também se beneficiam da realocização de indústrias que já perderam dinamismo nos centros, processo que identificam como “desenvolvimento econômico” (Arrighi, 1996). No entanto, conforme pontua Wallerstein, sua competição mais direta não ocorre com os Estados centrais, mas com outros países da própria semiperiferia, igualmente focados em atrair investimentos e melhorar setores produtivos estratégicos (Wallerstein, 2004). Essa posição é, ademais, essencial para a continuação, estabilização e legitimação do sistema-mundo capitalista, mantendo os países do centro como dominantes e subordinados.

Tal condição estrutural de divisão dos países então, segundo a análise dos sistemas-mundo, impõe limites ao desenvolvimento, pois a ascensão de um país semiperiférico é dificultada pelas pressões sistêmicas dos Estados centrais. A luta de um país contra a dependência estrutural seria um esforço para mudar o *status quo* (Brocco; Rached, 2017), formando o que Arrighi chama de “ilusão do desenvolvimento”. O modo semiperiférico consolidou-se como uma posição distinta no sistema-mundo a partir do final do século XIX, quando alcançou um patamar médio de desenvolvimento, medido por variáveis como PNB per capita. Essa condição não foi passageira, e ao longo de todo o século XX, a semiperiferia permaneceu claramente distinguível das demais posições, o que mostra sua relevância estrutural na divisão internacional do trabalho. Após a década de 1950, especialmente sob a influência da ideologia desenvolvimentista proposta pelos Estados Unidos, tanto os países centrais quanto os periféricos e semiperiféricos mostraram um certo crescimento econômico. No entanto, a distância relativa entre esses grupos não desapareceu. Ou seja, ainda que o ideal de desenvolvimento sugerisse a possibilidade de uma real ascensão no sistema internacional, na prática apenas manteve a hierarquia do sistema e as dinâmicas polarizadoras da economia-mundo capitalista, com a semiperiferia funcionando como uma zona intermediária que reproduzia tanto características do centro quanto da periferia (Karatasli, 2017), o que clarifica a “ilusão” do desenvolvimento.

Segundo os estudos de Wallerstein e Arrighi, com base em dados como PNB per capita, então o Brasil se encaixa na semiperiferia da economia-mundo capitalista após, no

período de 1930 a 1970, o Brasil ascender da região periférica para a semiperiferia. Do século XVI ao XX, o Brasil ocupou uma posição periférica devido a fatores como sua economia predominantemente agroexportadora, sua vulnerabilidade às crises econômicas externas e a grande dependência de capital estrangeiro pois, durante o período de hegemonia britânica (final do século XIX até a década de 1920), a política econômica brasileira tinha pouca autonomia, sendo funcional aos interesses das altas finanças internacionais devido ao peso da dívida externa (Arend, 2017).

Na década de 1930, no entanto, houve um ponto de inflexão na história brasileira, em grande parte devido ao caos sistêmico instalado na economia-mundo capitalista, com a transição da hegemonia britânica para a estadunidense e a crise na dominação britânica sobre o capital. Nesse contexto, os países devedores (como o Brasil) conseguiram aumentar seu poder de barganha, permitindo um alívio na carga da dívida externa e, conseqüentemente, maior autonomia na condução da política econômica. Isso, em conjunto com a ascensão dos Estados Unidos como nação hegemônica, que buscavam integrar os países da semiperiferia e da periferia à sua área de influência, possibilitou melhoras no condicionamento externo dos países independentes e margem para a inserção de políticas internas visando o desenvolvimento econômico (Arend, 2017).

Os países na época, desiludidos com a experiência liberalista após a década de 1930, passaram a focar em planos desenvolvimentistas nacionais, como o New Deal dos Estados Unidos, linha que o Brasil seguiu, com políticas intervencionistas, voltadas à substituição de importações e ao desenvolvimento do mercado interno. A partir da década de 1930, o Brasil passou a associar desenvolvimento à industrialização, em oposição ao passado agrário ligado às oligarquias exportadoras. O governo Vargas (1930–1945) simbolizou esse processo, onde o Estado teve papel central, com a criação de uma legislação social, a modernização da burocracia estatal, a ampliação da indústria no produto nacional e uma atuação mais direta do Estado na economia, expressa na fundação de empresas estratégicas como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce (Arend, 2017). Na “luta contra a exclusão”, como postulado por Arrighi, o Brasil buscou intensificar seu processo de industrialização por meio da substituição de importações, mobilizando tanto empresas nacionais, privadas e estatais, quanto multinacionais, atraídas pelo mercado interno protegido e pela disponibilidade de mão de obra barata. Em paralelo, manteve-se o fortalecimento de setores tradicionais de exportação, como o café e o minério de ferro (Arend, 2017).

Após a década de 1950, com a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos, a nova ordem de Bretton Woods e a Doutrina Truman, os países passaram a priorizar o capital

privado internacional, iniciando um compromisso com o desenvolvimento capitalista. No entanto, com o retorno de Vargas em 1951, retomou-se o projeto nacional-desenvolvimentista, reforçando a industrialização com base em uma aliança entre Estado, empresariado nacional, trabalhadores urbanos e sindicatos. O plano previa a expansão do setor de bens de produção sob a liderança de empresas públicas e privadas nacionais, em uma estratégia de forte conteúdo nacionalista que gerou resistência do capital estrangeiro. Ainda assim, o governo buscou financiamento externo, mas disciplinando sua participação nas áreas prioritárias (Arend, 2017). Nesse contexto, devido à resistência norte-americana em aceitar os planos de Vargas e aos setores conservadores nacionais, o segundo governo Vargas falhou em concretizar um desenvolvimento de base nacional

Sob influência norte-americana, o desenvolvimento brasileiro passou a ser orientado pela abertura ao capital externo e a internacionalização da indústria brasileira, privilegiando investimentos estrangeiros diretos como motor da industrialização. A partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, baseado nas estruturas institucionais varguistas, o país consolidou uma estratégia de crescimento baseada na atração maciça de recursos internacionais, o que possibilitou a diversificação produtiva, mas também reforçou vínculos de dependência (Arend, 2017). A força política dos governos nacionalistas enfraqueceu, pois o setor industrial, dominado por multinacionais, passou a ter maior peso na economia após o Plano de Metas, ao passo que JK criou um cenário novo e complexo, com novos atores e desafios. Até o final dos anos 1970, aproveitando um ambiente externo favorável, o governo brasileiro adotou medidas que integraram o sistema financeiro nacional ao internacional, especialmente ao euromercado e à expansão das multinacionais, com resultados significativos, como o aumento na participação no Produto Interno Bruto mundial de 1,14 a 3,2%. Contudo, o mercado de crédito bancário, base do financiamento de longo prazo da economia, era desregulado e altamente arriscado (Arend, 2017).

A partir dos anos 80, segundo Arend (2017), a expansão financeira anterior ocasionou um aumento desmedido das dívidas externas dos países devedores, em especial no Terceiro Mundo, que, com o fim da liquidez internacional e de Bretton Woods na década de 80, trouxe consequências negativas para as contas internas brasileiras. A liberalização financeira e internacional do período mudou as regras do jogo, com as intensas desregulamentações financeiras e novas formas de investimento externo, o que divergia dos planos de desenvolvimento internacionalistas do Brasil. Durante quase toda a década de 1980, a “década perdida”, o Brasil não se integrou ao processo global, enfrentando forte instabilidade macroeconômica, alta inflação, desequilíbrios fiscais, atraso tecnológico e severas restrições

externas (Arend, 2017). Com a revolução organizacional e tecno-produtiva dos anos 1970 (microeletrônica), ainda, foi possível ver o atraso nacional em questões de desenvolvimento e autonomia produtiva.

Dessa maneira, nos anos 1990, com o início da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, o Brasil fez parte da adesão aos ideais neoliberais da propagados pelo hegemon, com base no Consenso de Washington⁷, caracterizados pela utilização do livre mercado como caminho para a prosperidade e das instituições internacionais como estabilizadoras (Voigt, 2007). Na década de 1990, os investimentos estrangeiros no Brasil seguiram uma lógica predominantemente financeira, marcada pela influência de grandes investidores institucionais e por estratégias de curto prazo, focadas em liquidez e redução de riscos. Impulsionado por privatizações, fusões, aquisições e investimentos de portfólio, o país se inseriu novamente no âmbito internacional, mas essa inserção trouxe vulnerabilidade, já que esses capitais eram voláteis, focados na valorização de ativos e sem vínculo direto com a expansão da formação de capital fixo. Assim, a reabertura da economia brasileira ao capital externo, sem uma estratégia de desenvolvimento nacional, apenas aprofundou sua dependência da lógica financeira global (Arend, 2017). Esse movimento se intensificou com o boom das commodities e, a partir dos anos 1990, com a abertura irrestrita da economia e as privatizações, que reduziram a autonomia das decisões econômicas nacionais. O resultado foi o aumento da vulnerabilidade externa, reforçado pela influência das empresas transnacionais e pela dependência crescente das exportações de commodities (Correa, 2023).

Apesar de possuir um parque industrial complexo, o Brasil sofreu, desde os anos 1980-1990, uma interrupção no processo de industrialização com a ascensão do modelo neoliberal, sinalizando indícios de reprimarização econômica. Na cadeia global de valor (CGV), países centrais se concentram em setores de alta e média tecnologia, enquanto os periféricos atuam nos de baixa intensidade, cabendo à semiperiferia posições intermediárias. O Brasil clarifica essa hierarquia, com, em 2015, mais de 60% de agregação de valor em setores de baixa tecnologia, além da redução em sua complexidade econômica, do 25º lugar em 1995 para o 49º em 2018, evidenciando a bifurcação da semiperiferia entre países que avançam em sofisticação e outros que ficam para trás (Correa, 2023).

⁷ O Consenso de Washington foi a consolidação de um modelo liberal de desenvolvimento, a partir da substituição do Estado interventor pelo mercado desregulamentado como motor do crescimento econômico. Com base em princípios como a liberalização comercial e financeira, a privatização e a redução do papel do Estado, as políticas econômicas latino-americanas foram reorientadas a partir da ideia de que a eficiência e o desenvolvimento seriam alcançados pelo livre funcionamento das forças de mercado, em contraste com o modelo anterior protecionista (Arend, 2017).

Nesse sentido, é possível ver, no século XXI, uma reprimarização da pauta de exportações e da indústria brasileira, mostrando sua inserção subordinada nas CGVs. No contexto do sistema-mundo capitalista, as CGVs representam a organização internacional da produção, em que o valor de um bem ou serviço resulta da contribuição de múltiplos países, cada um agregando etapas específicas (de menor ou maior valor agregado) dentro de uma rede global (Zhang; Schimanski, 2014). Com a reprimarização, baseada no predomínio de produtos de baixo valor agregado, como soja, minério de ferro e petróleo cru, o Brasil se inseriu mais como fornecedor de insumos e matérias-primas do que como exportador de produtos de maior valor agregado, ficando, mais uma vez, excluído dos elos mais rentáveis das cadeias produtivas (Ouriques; Vieira, 2017).

Portanto, apesar do forte desenvolvimento de diversos setores industriais brasileiros ao longo do século XX, devido à posição dependente do Brasil na economia-mundo e à hegemonia americana, o Brasil se manteve na semiperiferia tendo em vista a intensa necessidade de tecnologias externas. O atraso tecnológico do Brasil se deve à industrialização com base na inserção de multinacionais, com a periferização das atividades industriais (Arend, 2017). O pensador Celso Furtado, cuja análise se aproxima da perspectiva sistema-mundista, argumenta que o domínio da tecnologia constitui o elemento central e decisivo na configuração da estrutura de poder internacional (Brocco; Rashed, 2017). A dependência manifesta-se, antes de tudo, como tecnológica, e o desenvolvimento nas regiões periféricas envolve reunir diferentes recursos de poder capazes de reduzir, ainda que parcialmente, o peso dessa assimetria.

Essa dependência, então, limitou, e limita, o Brasil ao estrato da semiperiferia do mundo, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento baseado na transferência de tecnologia via multinacionais não estimulou a "capacidade de aprendizado nacional" para assegurar uma relativa autonomia tecnológica. Os indicadores de ciência, tecnologia e educação situam o Brasil em uma posição intermediária, entre a periferia e a semiperiferia: segundo estudos, há um baixo número de patentes por pesquisador em comparação internacional, além de uma grande escassez de engenheiros e cientistas – em 2012, o país ocupava a 113ª posição entre 144 avaliados (Pinheiro, 2013 *apud* Ouriques; Vieira, 2017). Nesse contexto, o Brasil não alcançou o desempenho de nações que partiram de condições semelhantes ou inferiores, como os Tigres Asiáticos e a China, permanecendo em desvantagem. Convivem no país setores de alta e baixa tecnologia, mas a mão de obra segue majoritariamente pouco qualificada, e a indústria de máquinas e equipamentos raramente alcança a fronteira tecnológica (Cardoso, 2015 *apud* Ouriques; Vieira, 2017). Nesse processo,

o Brasil alcançou posição de destaque como a economia mais industrializada da periferia, mas sob um padrão de desenvolvimento condicionado pela lógica do sistema-mundo capitalista. A presença decisiva do capital e da tecnologia estrangeira viabilizou a transformação de uma economia de base agrária em um sistema industrial, mas também limitou a construção de capacidades científico-tecnológicas autônomas, restringindo mudanças mais profundas nas instituições e nas estruturas sociais e estatais (Ouriques; Vieira, 2017).

Durante os anos 2000, com o *boom* das commodities, um breve período de prosperidade se instalou no Brasil, quando o país parecia estar ascendendo no sistema internacional, com o fortalecimento das exportações brasileiras, especialmente em minérios e agronegócio. Paralelamente, os programas de transferência de renda reduziram a pobreza extrema e atenuaram a desigualdade. Além disso, com destaque em setores estratégicos como agronegócio, petróleo e parte da indústria aeroespacial, o Brasil pôde manter uma posição intermediária na economia mundial (Ouriques; Vieira 2017). No entanto, essa bonança mascarou as fragilidades estruturais, que se tornaram evidentes com a brutal recessão a partir de 2015, quando o ciclo das commodities cessou, o que não apenas revelou, mas aprofundou as vulnerabilidades do Brasil (Ouriques; Vieira 2017). Assim, como mencionado, tem-se uma reprimarização da indústria brasileira, com foco na exportação de matérias-primas, além da manutenção do status de semiperiferia.

À luz destas considerações, é possível ler como, na trajetória brasileira, apesar dos avanços industriais e tecnológicos alcançados ao longo do século XX, o país manteve-se preso à condição semiperiférica da economia-mundo, dependente da importação de capitais e tecnologias. Essa posição intermediária reflete a contradição típica dos países semiperiféricos, entre o esforço de autonomia e a reprodução da dependência estrutural. Nesse contexto, os recursos naturais, em especial o petróleo, tornaram-se elementos centrais nas tentativas de romper os limites impostos pela hierarquia internacional. A formação de uma indústria petrolífera nacional e a criação da Petrobras representaram, assim, um grande avanço no projeto de fortalecimento do Estado e de redução da vulnerabilidade externa, evidenciando como a busca por soberania energética se articulou à própria trajetória do Brasil dentro da semiperiferia do sistema-mundo capitalista, o que torna seu estudo algo de suma importância para a compreensão do desenvolvimento brasileiro.

3.2 A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL

A condição semiperiférica do Brasil manifesta-se de forma particularmente clara na trajetória de sua indústria do petróleo. Inserido em um sistema internacional onde o controle da energia representa um dos pilares do poder, o país buscou reduzir vulnerabilidades típicas da periferia, como a dependência tecnológica e financeira. A criação e a consolidação da Petrobras expressam esse esforço de combinar desenvolvimento nacional com integração ao mercado global, configurando o petróleo como um campo estratégico em que se articulam, de maneira contraditória, autonomia relativa e subordinação estrutural. Nesse sentido, faz-se necessária a análise do petróleo brasileiro e o desenvolvimento deste setor industrial no país.

A formação da indústria do petróleo no Brasil pode ser entendida como um processo complexo e com diferentes ciclos, marcado por fases distintas de nacionalismo, abertura de mercado, desenvolvimento tecnológico e reconfiguração estratégica diante das descobertas do pré-sal, um percurso intrínseco à posição do Brasil como um Estado semiperiférico na economia-mundo capitalista. As descobertas de petróleo em solo brasileiro se iniciaram na Bahia, em 1939, em um contexto onde a Constituinte garantia monopólio do Brasil sobre as reservas e a extração, apesar das pressões dos Estados Unidos e da Inglaterra contra tal medida, já que o material já era visto como essencial econômica e politicamente, após seu uso intensivo na Primeira Guerra Mundial (Guimarães, 2024). No governo nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas e apesar das pressões internas e externas do setor privado, em 1953 é criada a empresa nacional, no molde dos países europeus, Sob o lema do “o petróleo é nosso”, ao longo do início do século XX, se forma a Petróleo Brasileiro S.A., uma conquista para a soberania brasileira. A exploração de petróleo e gás foi inicialmente estabelecida como monopólio da União em 1953, com a Lei 2004/53, que mantinha domínio sobre a pesquisa, lavra, refino e transporte de petróleo e gás, sendo a Petrobras a executora dessas atividades (Duarte; Nabarro, 2021).

A Petrobras foi criada com a missão de reduzir a dependência externa de petróleo e derivados, que comprometia a balança comercial brasileira e, desde o início, sua estratégia concentrou-se em alcançar a autossuficiência em produtos refinados. No governo Juscelino Kubitschek, o setor de petróleo e gás tornou-se prioridade do Plano de Metas, que destinou investimentos significativos à ampliação da capacidade de refino. A meta nº 4 previa o aumento de 200 mil barris por dia na produção, de modo a eliminar a necessidade de importações. Ao longo dessa trajetória, a empresa consolidou seu parque de refino e, em 1964, já atendia praticamente toda a demanda nacional pelos principais derivados de petróleo,

como gasolina, diesel, querosene, óleo combustível, solventes e asfalto. Desde os primeiros anos, a Petrobras não apenas expandiu suas atividades de exploração, produção e refino, mas também impulsionou a formação de fornecedores locais. Nesse processo, atuou além de produtora de petróleo, assumindo papel de planejador industrial e agente estratégico do desenvolvimento nacional. (Mortari *et al*, 2021).

Durante o século XX, a Petrobras buscou aperfeiçoar suas firmas e atividades: o Relatório Especial sobre Exploração e Produção de Petróleo no Brasil, de 1963, mostrou que o país era deficitário em estratégia tecnológica e no apoio à pesquisa científica do setor. Nesse contexto, o desenvolvimento tecnológico tornou-se um pilar estratégico com a criação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CENPES) em 1966, que absorveu o Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal (CENAP). Além disso, a articulação da Petrobras com universidades brasileiras inaugurou um modelo institucional de redes de conhecimento e formação de competências voltadas para o setor de petróleo o que, posteriormente, tornaram-se fatores decisivos para o avanço tecnológico da empresa. (Felipe, 2010).

Nesse contexto, é importante ressaltar que um fator crucial para o real desenvolvimento da Petrobras como empresa nacional e independente foram os choques do petróleo na década de 1970, devido aos aumentos dos preços e à redução da oferta de petróleo. Com a pressão por independência energética, a Petrobras passou a destinar um maior volume de recursos à exploração e produção de petróleo, antes destinados majoritariamente ao refino e ao desenvolvimento da rede de distribuição de combustíveis. A partir dos anos 1980, a produção offshore alcançou mais de 78% do petróleo produzido no país; as importações, por sua vez, caíram de cerca de 800 mil para pouco mais de 380 mil barris por dia entre as décadas de 1970 e 2010 (Mortari *et al*, 2021). Além disso, foram impulsionadas buscas por combustíveis alternativos, como o programa Proálcool, em 1975, que buscou a substituição do petróleo pelo álcool (etanol), utilizando a cana-de-açúcar como matéria-prima.

A Petrobras, então, impulsionada também pela descoberta de petróleo em águas profundas, na Bacia de Campos, incorporou tecnologias existentes no mercado e, a partir delas, desenvolveu seu próprio programa de inovação, o Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Produção em Águas Profundas (PROCAP). O PROCAP foi iniciado em 1986 para aprimorar a perfuração em águas profundas, evoluindo para o PROCAP-2000 em 1993, com foco em poços de até dois mil metros, e para o PROCAP-3000 em 2000, voltado à exploração em lâminas d'água superiores a três mil metros, como no pré-sal. Esses programas garantiram à Petrobras um relevante domínio tecnológico e facilitaram parcerias com grandes petrolíferas internacionais (Dalla Costa; Santos, 2009). No

entanto, os ideais neoliberais propagados na época também começaram a fomentar a posterior mudança nas legislações referentes ao petróleo, possibilitando a entrada estrangeira.

Com a redemocratização brasileira, a Constituição de 1988 havia preservado o monopólio estatal sobre as atividades de exploração, produção e transporte de petróleo e gás natural, delegando sua execução à Petrobras, retornando aos ideais desenvolvimentistas e, por um breve período, afastando as pressões para privatizações e a quebra do monopólio. No entanto, com as crises financeiras dos anos 80 e a “década perdida”, a Petrobras entrou em um grave período de instabilidade financeira que, em conjunto com o período de expansão financeira da hegemonia norte-americana e os ideais neoliberais da época, trouxeram pressões para a abertura financeira e privatização de setores da estatal brasileira. Assim, com o avanço do neoliberalismo após o fim da Guerra Fria, a desintegração da União Soviética e o enfraquecimento do Estado de bem-estar social, cresceu a pressão mundial por flexibilizar os marcos regulatórios do setor petrolífero, fato que se tornou realidade nos anos seguintes.

3.3 O INÍCIO DA ABERTURA COMERCIAL NO MERCADO DO PETRÓLEO

Para compreender as bases ideológicas e econômicas que causaram a abertura comercial do mercado petrolífero brasileiro, é importante entender o contexto internacional que caracterizou as últimas décadas do século XX. Como apontado nas seções anteriores, os ciclos hegemônicos são caracterizados por fases de crise e expansão. Como aponta Giovanni Arrighi (1996), a expansão financeira que dominou as décadas de 1970 e 1980 expressa uma fase típica dos ciclos de acumulação hegemônica, em que o capital busca refúgio no sistema financeiro diante da saturação das oportunidades produtivas. Esse movimento reafirma a tendência de deslocamento do eixo da acumulação para o campo especulativo, acompanhado da intensificação das pressões competitivas e da consolidação de grandes blocos corporativos e estatais no comando da economia mundial, o que ocorreu com a economia mundial dominada pela hegemonia americana nos anos 70 e 80. Segundo o autor, o arrocho do lucro, devido ao aumento da competitividade interestatal e entre empresas, em conjunto com o fortalecimento social da mão de obra, fez com que o estado de bem-estar social se tornasse custoso demais, o que fomentou a defesa das aberturas comerciais e a desregulamentação financeira.

A financeirização surgiu na economia mundial não como um desvio, mas como a forma predominante de reorganização do capitalismo global em resposta à crise de rentabilidade e à exaustão do regime fordista. Tem-se, na época, o início de uma fase

neoliberal na economia mundial, impulsionado por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, com base nas políticas impostas por mecanismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, e o Consenso de Washington, programa político que deu base às políticas neoliberais. Nesse contexto, cujos resultados afetaram principalmente os países do Terceiro Mundo, os efeitos econômicos e políticos no Brasil devem ser analisados, em especial a mudança no pensamento quanto ao petróleo brasileiro.

Com base nesse contexto, em conjunto com a imposição do capital internacional sobre a soberania dos Estados-nação e os ideais neoliberais defendidos na época, criou-se uma base para a abertura comercial e reforma interna na estatal petrolífera brasileira. Internamente, a estabilização monetária promovida pelo Plano Real e a continuidade da agenda de liberalização econômica criaram as condições políticas para flexibilizar o monopólio estatal sobre o setor. Externamente, a conjuntura era marcada por crises cambiais recorrentes, pela concentração da indústria energética mundial e pela difusão de políticas neoliberais de privatização e desregulamentação (Felipe, 2010).

A crise da dívida brasileira na década de 80 afetou, também, a Petrobras. Como aponta Felipe (2010), a estatal passou durante a década por uma grande desorientação estratégica, devido à fragilidade das instituições durante a redemocratização; à crise macroeconômica interna, com inflação elevada; e aos prejuízos do Proálcool com o contrachoque do petróleo, que forçou a estocagem do combustível alternativo pela Petrobras. À vista disso, o governo brasileiro buscou adaptar a Petrobras à nova lógica competitiva internacional, inserindo-a em um mercado cada vez mais globalizado e financeirizado, no qual empresas públicas precisavam operar sob critérios de eficiência e rentabilidade semelhantes aos do capital privado (Felipe, 2010).

No Brasil, a influência neoliberal resultou na Emenda Constitucional nº 9 de 1995, que permitiu a participação de empresas públicas e privadas na exploração e produção de petróleo. A EC nº 9, aprovada em 1995, flexibilizou o monopólio estatal do petróleo ao permitir que a União contratasse empresas além da Petrobras para atuar no setor. Essa abertura foi regulamentada pela Lei nº 9.478/1997, que autorizou a concessão e a autorização de atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural a empresas com sede e administração no Brasil e constituídas sob leis brasileiras, sob contratos resultantes de processos licitatórios (Souza; Sgarbi, 2020). Essa legislação abriu o setor para a competição de empresas privadas, nacionais e estrangeiras, e criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), órgão responsável por regular, fiscalizar e contratar as atividades do setor, atuando na execução da política nacional de petróleo, gás e biocombustíveis em um mercado

aberto e estrategicamente controlado pelo Estado, além do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), para a formação de políticas públicas para o setor energético.

A Lei do Petróleo de 1997 substituiu, então, o monopólio estatal exercido pela Petrobras por um modelo de concorrência regulado. Com ela, a escolha das áreas de exploração deixou de ser privilégio da Petrobras e passou a ocorrer por meio de rodadas de licitação, onde as empresas interessadas disputavam o direito de explorar determinadas regiões, vencendo aquela que oferecia o maior valor pelo bloco. Os contratos concedem às empresas vencedoras a exploração por até 30 anos. Apesar de ampliar a participação privada, o reduziu o controle do Estado sobre o petróleo, uma vez que a União deixou de deter a propriedade direta e a participação nos lucros de todo o processo produtivo, o que limitou sua capacidade de capturar as receitas por completo geradas pelo recurso (Costa; Santos, 2009). Além disso, a Lei alterou o estatuto da Petrobras, permitindo a negociação de suas ações em bolsas de valores, como na de Nova York, introduzindo o ideal de geração de valor para o acionista (*shareholder value*) na gestão da empresa. Assim, intensifica-se a inserção do capital internacional, por meio de investidores do setor financeiro e empresas multinacionais, no circuito do petróleo brasileiro (Duarte; Nabarro, 2021).

A primeira rodada licitatória para a oferta dos blocos de exploração do petróleo brasileiro, a Rodada Zero, ocorreu em 1999, quando a Petrobras listou as áreas que continuaria a explorar, além da definição de preferência para a Petrobras em casos de empate com concorrentes. A segunda rodada de licitações, realizada em 2000, ampliou as exigências para contratação e incluiu a preferência por bens e serviços nacionais como um dos critérios de avaliação das propostas (Souza; Sgarbi, 2020). No total, entre 1999 e 2002, a ANP realizou quatro rodadas de licitação, nas quais delimitava os blocos exploratórios a serem aprovados pelo CNPE. Essas rodadas buscaram ampliar a competitividade do setor, atraindo empresas de diferentes portes e perfis, diversificar a atividade exploratória no país e consolidar o novo modelo de concessões, com incentivos à indústria nacional (Schmidt, 2017).

As rodadas de licitação do petróleo brasileiro representaram um instrumento central de reorganização da indústria nacional de energia, especialmente a partir da década de 2000, quando o Estado buscou fortalecer a Petrobras e ampliar sua autonomia energética. Durante o governo Lula, a partir de 2003, a Petrobras passou a adotar uma postura mais estratégica nas disputas por blocos, ampliando fortemente sua presença no setor: enquanto no período de 1995 a 2002 a Petrobras conquistou 40,4% das concessões ofertadas, entre 2003 e 2009 esse número chegou a 62,43%, demonstrando a mudança de posicionamento da estatal diante da abertura do mercado realizada nos anos anteriores (ANP, 2012 *apud* Schmidt, 2017). A

década também foi marcada por marcos importantes, como o lançamento da plataforma P-50, a maior das plataformas de exploração, e pela conquista da autossuficiência na produção de petróleo em 2006, um feito histórico que consolidou a capacidade produtiva da estatal. Em 2007, durante a Nona Rodada de Licitações, o CNPE retirou 41 blocos com elevado potencial de descoberta localizados na área que, posteriormente, seria o pré-sal, o que indicou a transição para um novo marco regulatório e o futuro regime de partilha de produção. As rodadas seguintes mantiveram o foco na diversificação regional e na ampliação das receitas estatais: apenas entre 2003 e 2008, as seis licitações realizadas arrecadaram cerca de R\$ 4 bilhões em bônus de assinatura⁸, além de mais de R\$ 100 bilhões em royalties e participações especiais, evidenciando o papel do setor como fonte de recursos e de dinamização econômica para o país (Schmidt, 2017).

Nesse contexto, a trajetória da Petrobras, marcada por avanços tecnológicos e pela consolidação de uma estrutura produtiva integrada, alcançou um ponto de inflexão em 2007, com a descoberta das imensas reservas de petróleo e gás da camada do pré-sal. Esse feito não foi resultado do acaso, mas da acumulação histórica de capacidades técnicas e científicas desenvolvidas pela empresa ao longo de décadas, especialmente a partir dos investimentos em exploração e produção (E&P), como explorado anteriormente. A descoberta do pré-sal representou não apenas a superação de barreiras tecnológicas, mas também a abertura de uma nova etapa para a indústria petrolífera nacional, na qual o Brasil se reposicionou no cenário energético mundial, com uma mina de ouro em seu território. As transformações regulatórias, econômicas e políticas que se seguiram a esse marco redefiniram o papel do Estado e da Petrobras, introduzindo desafios e oportunidades cujo estudo é de suma importância, a fim de entender a formação, expansão e impacto do pré-sal brasileiro.

⁸ O bônus de assinatura é o valor fixo pago à União pelo vencedor da licitação de petróleo ou gás, no momento da assinatura do contrato, sem possibilidade de reembolso. De acordo com o Decreto nº 2.705/1998, ele representa a quantia ofertada pelo licitante, não podendo ser inferior ao mínimo definido pela ANP, e tem como finalidade compensar os custos governamentais do processo, sendo seus recursos destinados à própria ANP. (Ramos; Oliveira; Rezende, 2021).

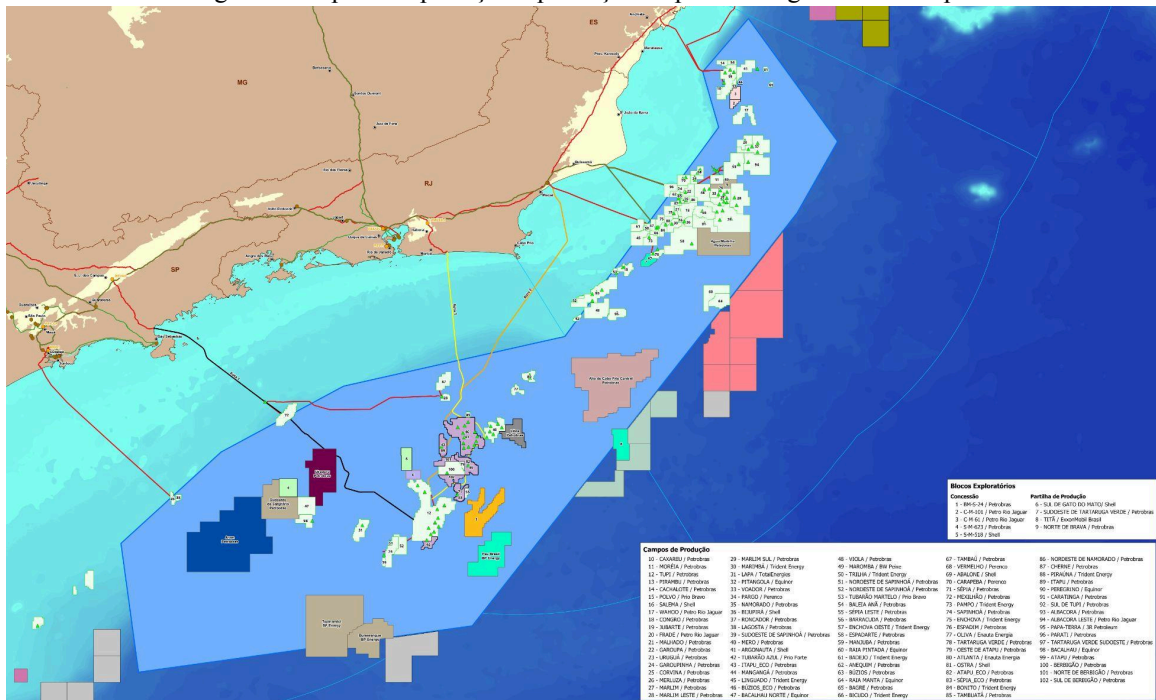
4. O PRÉ-SAL BRASILEIRO E A RECONFIGURAÇÃO DO MARCO ENERGÉTICO NACIONAL

A descoberta do pré-sal representou um dos maiores marcos da história recente da indústria energética brasileira e um ponto de virada na trajetória da Petrobras e do Estado nacional. Fruto de décadas de investimento em pesquisa e domínio tecnológico, as reservas localizadas em águas ultraprofundas consolidaram o Brasil como um dos principais detentores de petróleo do mundo, despertando tanto expectativas de soberania, quanto pressões pela abertura do setor. É nesse contexto de descoberta que, a partir de 2010, a criação do regime de partilha buscou assegurar o controle estatal sobre essa riqueza estratégica, associando-a a um projeto de desenvolvimento social. No entanto, as transformações econômicas e políticas da década seguinte alteraram significativamente esse cenário, culminando na reforma de 2016/2017, que reconfigurou a presença da Petrobras e ampliou o poder do capital estrangeiro na exploração das reservas. Este capítulo analisa, portanto, o percurso do pré-sal, desde sua descoberta ao novo marco regulatório, investigando seus impactos sobre a soberania energética brasileira e sua posição na economia-mundo.

4.1 A DESCOBERTA DO PRÉ-SAL: DO DOMÍNIO TECNOLÓGICO À AUTO SUFICIÊNCIA

O pré-sal é uma reserva de gás natural e petróleo em águas profundas, com lâminas d'água que variam entre aproximadamente mil e dois mil metros e camadas subterrâneas que podem atingir de quatro a seis mil metros, alcançando cerca de oito mil metros abaixo da superfície do mar, na costa brasileira, que se estende de Santa Catarina ao Espírito Santo, abrangendo as bacias de Campos e Santos, com aproximadamente 800 km de comprimento. Sua formação data há mais de 150 milhões de anos, na onde separação dos continentes Americano e Africano, onde as rochas produtoras de petróleo se depositaram nos lagos formados, em conjunto com o depósito de matéria orgânica advinda dos rios dos continentes, que fluíram para as regiões mais baixas. Tal matéria orgânica foi, no entanto, coberto pelas águas do Oceano Atlântico, o que criou uma camada de sal espessa cobrindo o acesso ao petróleo formado por milhões de anos, o que faz de sua extração algo que requer grandes investimentos e tecnologias em larga escala (Corado; Santos, 2021).

Figura 1: Mapa de exploração e produção de petróleo e gás natural no pré-sal.



Fonte: ANP, 2025-a.

Em 2001, a Petrobras realizou um amplo estudo sísmico das áreas leiloadas nos anos anteriores, resultando em uma das maiores aquisições e análises de dados sísmicos 3D do mundo. As interpretações técnicas indicaram o potencial de ocorrência de hidrocarbonetos abaixo da espessa camada de sal, revelando uma nova e promissora fronteira para exploração petrolífera. Com isso, os primeiros indícios reais de existência de uma camada mais profunda de hidrocarbonetos a serem encontrados ocorreram em 2003, quando a decisão de perfurar essas áreas geológicas foi tomada, representando as operações mais complexas e desenvolvidas da Petrobras até então, demandando alto planejamento e investimento por parte da estatal e consorciadas (Vital, 2021).

Naquele período, até as primeiras perfurações em 2006, estimativas da Agência Nacional do Petróleo apontavam que as reservas da camada pré-sal poderiam produzir cerca de 3,4 bilhões de barris de petróleo e aproximadamente 174 bilhões de metros cúbicos de gás natural, e estimativas posteriores indicaram que o pré-sal acrescentaria um volume acima de 35 bilhões de barris de petróleo equivalente às reservas do Brasil, colocando o Brasil como um dos maiores detentores do recurso no mundo (Corado; Santos, 2021).

É importante destacar, nesse contexto, que a descoberta e desenvolvimento do potencial exploratório do pré-sal é resultado do trabalho e esforço da Petrobras. Como aponta Sauer (2015), nos Planos Estratégicos anunciados pela estatal em 2003 e posteriormente, ao consolidar seu foco em Exploração e Produção (E&P), valorizar a substituição do petróleo

pelo gás natural no mercado doméstico a fim de direcionar o petróleo à exportação, e direcionar a empresa à transição energética, investindo em formas alternativas de combustíveis, principalmente renováveis. Assim, o desenvolvimento da E&P se tem devido à “compreensão de que a fase de maior retorno é a descoberta de recursos, pelo potencial de geração de renda, em comparação com os demais segmentos da Indústria, submetidos a regimes competitivos” (Sauer, 2015, p.11). Tem-se, então, um esforço da estatal do Brasil em fomentar seu desenvolvimento e inserção competitiva no mercado internacional do petróleo, parte de uma estratégia mais ampla da empresa de fortalecer sua atuação nos segmentos de maior valor agregado, combinando eficiência tecnológica e ampliação da capacidade produtiva.

Para tal fim, a Petrobras investiu fortemente em sua capacitação, com destaque para a criação do Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas (Procap), iniciado nos anos 80 mas com atualização constante desde então, fazendo a extração de petróleo proveniente do pré-sal atingir 2,06 milhões de petróleo por dia, correspondendo a 80% da produção nacional e a mais um terço da produção da América Latina (Petrobras, 2025). Nesse sentido,

A descoberta do pré-sal revela uma história de ousadia, inovação e protagonismo da estatal petrolífera brasileira, fruto de uma decisão política alinhada com um corpo técnico de profissionais altamente qualificados. Para tanto, a Petrobras investiu na profissionalização de seus trabalhadores e em parcerias com universidades e centros de pesquisa, pois o cerne do negócio de petróleo é a ciência e a tecnologia (Vital, 2021, p. 34).

Em 2006, então, os estudos motivaram a Petrobras a retomar a perfuração do bloco BM-S-11, com o objetivo de testar o modelo geológico do pré-sal, desenvolvido ao longo de anos de estudos e avanços geofísicos, e confirmar a presença de petróleo abaixo da camada de sal. Após perfurar cerca de 300 metros de sal a um custo aproximado de 254 milhões de dólares, a Petrobras confirmou a presença de grandes volumes de petróleo leve no campo de Tupi, posteriormente renomeado Lula, na Bacia de Santos. As estimativas iniciais apontavam reservas recuperáveis entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo e gás natural, revelando o enorme potencial energético da região (Sauer, 2015). A partir de 2007, novas descobertas em campos como Carioca, Caramba, Caxaréu e Pirambu, nas bacias de Campos e Santos, ampliaram o alcance da província petrolífera do pré-sal, o que possibilitou a confirmação da presença de reservas expressivas. No ano seguinte, a produção foi iniciada no campo de Jubarte, confirmando a viabilidade técnica e econômica do pré-sal e abrindo caminho para a

exploração de outras áreas promissoras, como Libra e Iara, que elevaram as estimativas de reservas nacionais a patamares inéditos, próximos a 100 bilhões de barris (Sauer, 2015)

Nesse contexto, fica claro como o pré-sal é uma das chaves para o desenvolvimento do país e seu melhor posicionamento na economia-mundo capitalista, por meio da manutenção da extração e refino do petróleo sob domínio nacional. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2008), o Brasil tem um histórico de carência de recursos que propiciem o desenvolvimento econômico interno e que possam reduzir a necessidade de financiamento externo. Portanto, as receitas fiscais internas geradas pelo desenvolvimento da indústria do pré-sal representam uma forma de mitigar dificuldades estruturais, além de melhorar o posicionamento estratégico do país na luta por recursos naturais de grande importância, como o petróleo é na contemporaneidade. O setor de Petróleo e Gás (P&G) no Brasil, conforme o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), é extremamente relevante para a economia brasileira, sendo responsável por mais de 10% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país (Cruz; Mesquita; Silva, 2018). Este fato, somado à magnitude das reservas de petróleo brasileira, que já em 2007 colocava o Brasil entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo, traz luz à importância do estudo e da soberania brasileira sobre seu próprio petróleo.

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizado em 2009 no lançamento da proposta de novo marco regulatório para o pré-sal, sintetiza o significado estratégico e simbólico, para o desenvolvimento brasileiro, dessa descoberta para o Brasil:

Como já disse em outra oportunidade, o pré-sal é uma dádiva de Deus. Sua riqueza, bem explorada e bem administrada, pode impulsionar grandes transformações no Brasil, consolidando a mudança de patamar de nossa economia e a melhoria das condições de vida de nosso povo. Mas o pré-sal também apresenta perigos e desafios. Se não tomarmos as decisões acertadas, aquilo que é um bilhete premiado pode transformar-se em fonte de enormes problemas. Países pobres que descobriram muito petróleo, mas não resolveram bem essa questão, continuaram pobres. [...] O pré-sal é um passaporte para o futuro. Sua principal destinação deve ser a educação das novas gerações, a cultura, o meio ambiente, o combate à pobreza e uma aposta no conhecimento científico e tecnológico, por meio da inovação (Brasil, 2009, p. 3-4).

Ainda, o presidente ressaltou ainda que o novo regime de partilha visava corrigir as limitações do modelo de concessão estabelecido em 1997, trazendo novamente o Estado como detentor

controle sobre o ritmo de extração e a renda do petróleo, e reafirmando o papel da Petrobras como operadora única dos blocos produtores, bem como fortalecendo a soberania nacional sobre os recursos estratégicos (Brasil, 2010). Assim, o discurso marcou não apenas uma virada institucional, mas também um momento de afirmação do Estado como agente central na condução do desenvolvimento energético e social do país.

Tendo em vista o avanço desta descoberta, o governo brasileiro passou a repensar o regime de partilha estabelecido pela Lei do Petróleo de 1997. A Resolução nº 6 de 8 de novembro de 2007 estabeleceu, para estudar melhor as descobertas da área, a retirada de 41 blocos da 9ª Rodada de Licitações no mesmo ano, mostrando o início das mudanças legislativas. Em 2010, a Lei da Partilha foi promulgada, modificando o regime de concessões e trazendo uma mentalidade mais nacionalista para o marco regulatório de partilha do pré-sal, o que será explorado na próxima seção.

4.2 O MARCO REGULATÓRIO DE 2010 E O REGIME DE PARTILHA

Com o avanço do pré-sal, fizeram-se necessárias mudanças nas regulações, e formou-se uma Comissão Interministerial para propor um novo marco regulatório. Em 2010, tendo em vista o forte potencial exploratório e grande receita advinda das descobertas nos anos anteriores, além da nova posição do Brasil nas dinâmicas internacionais do petróleo, novas leis foram formuladas. As três leis aprovadas (Brasil, 2010a; 2010b; 2010c) estruturaram o novo modelo de exploração do pré-sal no Brasil, sendo elas:

- Lei nº 12.351: instituiu o regime de partilha de produção, garantindo à União maior controle sobre a exploração do petróleo e criando o Fundo Social, voltado para investimentos em educação, ciência e combate à pobreza. Complementando esse marco.
- Lei nº 12.304: autorizou a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), empresa pública responsável por representar o Estado nos contratos de partilha e administrar a parcela de petróleo pertencente à União.
- Lei nº 12.276: permitiu que a União cedesse diretamente à Petrobras o direito de explorar e produzir petróleo em áreas ainda não concedidas e fora do pré-sal, sem necessidade de licitação, fortalecendo o papel da estatal como agente central da política energética nacional.

Esse novo regime de partilha, então, reflete na lei inicial do petróleo, nº 2004 de 1953, com viés desenvolvimentista, e mantém o ideal do Estado como regulador, como as mudanças

legais de 1997, além de formular novos aparatos institucionais para viabilizar a extração e refino dos hidrocarbonetos do pré-sal (Vital, 2021). Assim, o regime de partilha de produção trouxe como principal benefício o fortalecimento do controle estatal sobre todas as etapas da cadeia produtiva do petróleo e do gás natural, abrangendo desde a exploração até a comercialização dos recursos, e controlando a contratação de externos na extração e produção (Souza; Sgarbi, 2020). Entre seus objetivos, o novo modelo buscava direcionar parte da renda do petróleo para áreas essenciais ao desenvolvimento social e econômico do país, além de fortalecer a indústria nacional de petróleo e gás, garantindo a preservação dos interesses estratégicos do Brasil e a repartição dos benefícios dessas riquezas com as gerações futuras.

O regime de partilha de 2010 estabelece que a Petrobras é a operadora única dos campos produtores, com participação de ao menos 30% em casos de consórcios (Souza; Sgarbi, 2020). Todo o petróleo produzido, então, pertence ao Estado brasileiro, e não às empresas concessionárias. As companhias que realizam a exploração e produção assumem o risco do investimento e, em caso de sucesso, são reembolsadas em parte do próprio petróleo extraído, denominado óleo-custo. O lucro obtido após a dedução desses custos, o óleo-lucro, é dividido entre o governo e as empresas, conforme as proporções definidas em contrato. A lei também atribui à Petrobras a função de operadora única dos blocos, responsável por conduzir diretamente as atividades de perfuração e operação dos poços (Schmidt, 2017).

A PPSA, por sua vez, uma empresa pública federal de administração indireta, criada para representar a Petrobras e a União neste novo contexto de partilha dos blocos do pré-sal, tem como principal objetivo maximizar os resultados econômicos dos contratos do pré-sal para a União. Como gestora dos Contratos de Partilha de Produção (CPP), a PPSA preside os Comitês Operacionais, instâncias que reúnem a operadora, geralmente a Petrobras, e os demais consorciados, detendo 50% dos votos, seguindo o viés nacionalista de tais mudanças de lei. Suas atribuições incluem avaliar e auditar os custos de exploração (óleo-custo), aprovar orçamentos e acompanhar a execução técnica e financeira dos projetos. Dessa forma, a PPSA atua como um instrumento de governança estatal sobre a indústria do pré-sal, assegurando transparência, eficiência e alinhamento entre os interesses públicos e as atividades das empresas privadas envolvidas na produção (Vital, 2021). Até 2016, a legislação exigia que todos os contratos de partilha incluíssem obrigatoriamente a participação da Petrobras e da PPSA. No entanto, mudanças posteriores flexibilizaram essa regra, retirando a obrigatoriedade da presença da estatal nos consórcios e permitindo maior entrada de empresas privadas na exploração do pré-sal, como será abordado posteriormente nesta pesquisa.

Além disso, é importante ressaltar como o Fundo Social (FS) estabelecido é de suma importância para o desenvolvimento do Brasil. O FS foi criado para administrar a parcela dos recursos do pré-sal pertencente à União, funcionando como uma reserva estratégica para eventuais crises no mercado internacional de petróleo e garantir investimentos sustentáveis. Parte significativa desses recursos deve ser aplicada em áreas prioritárias, como saúde e educação, buscando promover desenvolvimento social de longo prazo (Corado; Santos, 2021). Além disso, como visto no discurso de Lula (Brasil, 2009) e em diversos estudos, o FS auxiliaria o Brasil a evitar a entrada desordenada de capital externo, com a função de proteger a economia nacional de desequilíbrios cambiais, evitando a valorização excessiva da moeda e preservando a competitividade da indústria e da economia brasileira diante das oscilações do mercado internacional de petróleo (Urpia, 2022).

O primeiro leilão sob o regime de partilha de produção ocorreu em 2013, com a licitação do campo de Libra, arrecadando R\$ 15 bilhões em bônus de assinatura na época. Nesse modelo, o valor do bônus é fixo, e a disputa entre os concorrentes ocorre pelo percentual de lucro em óleo destinado à União. A área de Libra, considerada uma das mais promissoras do pré-sal, possui reservas estimadas entre 8 e 12 bilhões de barris recuperáveis e foi arrematada por um único consórcio, formado por Petrobras (40%), Shell (20%), Total (20%) e as empresas chinesas CNOOC e CNPC, com 10% cada (Pinto, 2010 *apud* Campello, 2018).

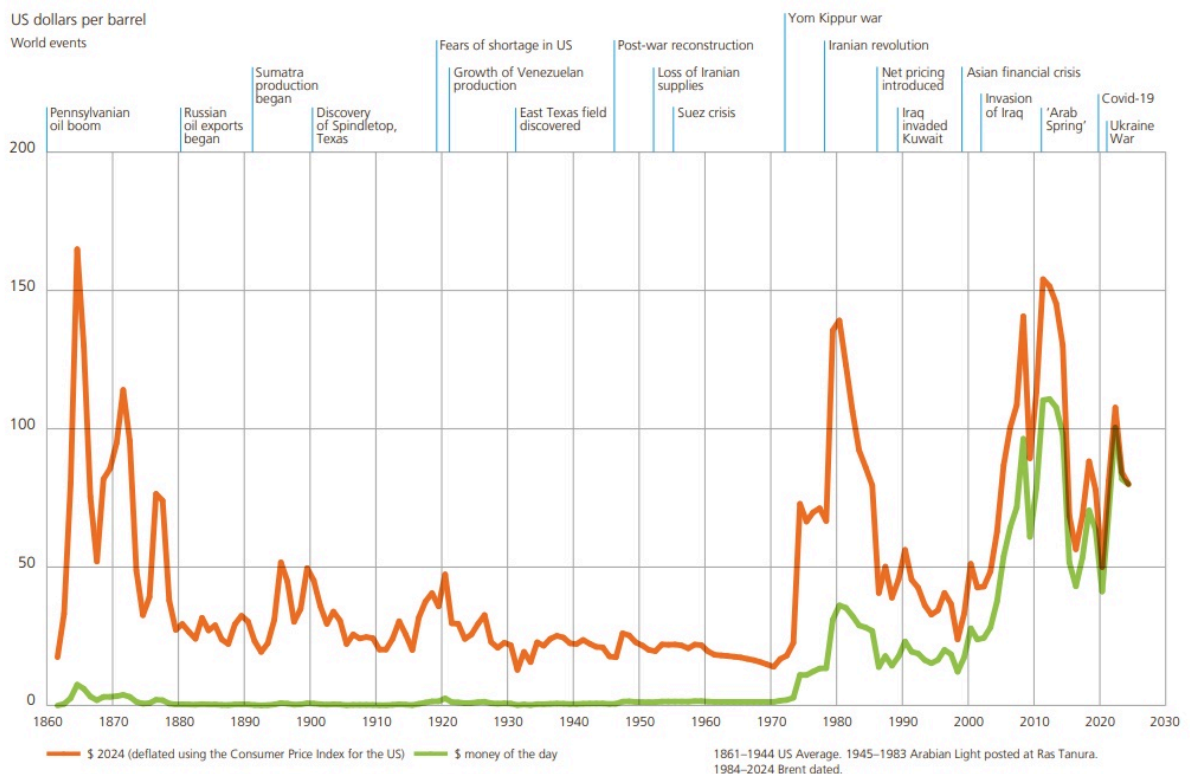
Além disso, a Lei 12.276 possibilitou ao Estado Brasileiro a ceder, onerosamente, à Petrobras 5 milhões de barris de petróleo para explorar, sem leilões e licitações, na época equivalente a US\$42,533 bilhões. Como a União não dispunha de recursos para adquirir essa quantidade de petróleo e a Petrobras precisava ampliar sua capacidade de investimento, foi formulada uma operação financeira específica: a União transferiu à estatal o direito de extração e, em troca, a Petrobras pagou principalmente com títulos do Tesouro Nacional. Esses títulos foram posteriormente utilizados pelo próprio Estado para subscrever novas ações da empresa, reintegrando-os ao seu capital. Dessa forma, a operação viabilizou a capitalização da Petrobras, bem como a manutenção do controle estatal sobre a exploração das reservas do pré-sal (Santos, 2018 *apud* Urpia, 2022).

No entanto, apesar do ideal desenvolvimentista por trás deste modelo, o marco regulatório de 2010 enfrentou dificuldades em sua concretização, que incluem pressões externas e a crise econômico-política brasileira da época. Em primeiro lugar, o processo de mudança legislativa causou a paralisação completa, entre 2009 e 2012, nas licitações dos blocos exploratórios, além de um grande atraso na primeira licitação do regime de partilha,

que só ocorreu em 2013. Esse intervalo prolongado gerou impactos significativos na produção nacional de petróleo e afetou diretamente a cadeia produtiva do setor, reduzindo por anos a demanda por serviços de perfuração, apoio logístico e fornecimento de equipamentos para exploração e produção (Morais; Oliveira, 2022).

Somado á tais dificuldades, o mercado do petróleo, após o *boom* das commodities entre 2000 e 2014, sofreu um colapso acentuado e posterior estabilização em um patamar inferior, o que causou um cenário de intensa volatilidade, impactando diretamente as decisões estratégicas do setor petrolífero brasileiro. O preço do petróleo, entre 2011 e 2014, oscilou entre \$100 por barril o que, após 2014, passou a ter média entre 50 e \$60 dólares (Sauer, 2015). Nesse contexto, a inconstância desse mercado fomentou as críticas ao modelo regulatório vigente. Como se observa na Figura 2, o preço do petróleo apresentou forte volatilidade desde os anos 1970, especialmente entre os anos de 2010 e 2020, refletindo as crises energéticas e as transformações no mercado global.

Figura 2 - Preços de petróleo cru entre 1861 e 2024 e eventos mundiais



Fonte: BP Statistical Review of World Energy (2025).

Além disso, com a crise política e econômica nacional, a imagem da Petrobras foi fortemente danificada. Somada às reduções no crescimento econômico e às dificuldades fiscais, no período próximo às eleições de 2014, a operação Lava-Jato, deu foco aos ideais de

combate à corrupção e de críticas fortes ao governo vigente. O sentimento de insatisfação cresceu em meio à parte significativa da sociedade brasileira, que demandava por mudanças, mas é importante ressaltar como projetos pessoais dos principais atores da Lava Jato, em sua maioria com propensões neoliberais e de forte oposição política ao governo vigente do PT, modificaram o contorno da operação, com imparcialidade (Urpia, 2022).

Os interesses externos, ainda, tiveram influência no desmantelamento da imagem e funcionamento da Petrobras. Em relação à Lava-Jato e ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, tornou-se público que a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos aplicou projetos de espionagem ao governo Rousseff e à Petrobras, após a divulgação do enorme potencial petrolífero da região do pré-sal, protegidas pela Lei da Partilha de 2010 (Urpia, 2022). Como apontou Paulo Henrique Amorim no 32º Congresso dos Petroleiros do Estado de Minas Gerais (*apud* CUT, 2018): “Em 2006 foi descoberto o pré-sal, que era pra gerar dinheiro para a educação e saúde. Três meses depois, os Estados Unidos reativaram a 4ª frota para ficar operando no Atlântico sul, entre o pré-sal e o petróleo de Angola que é da mesma família geológica”. Nesse contexto, é possível ver que o petróleo brasileiro, especialmente o do pré-sal, ultrapassa o campo econômico e assume caráter estratégico e geopolítico. A cobiça internacional por esses recursos e as pressões externas pela abertura do setor mostram disputas de poder que afetam diretamente a soberania energética do país, fragilizando sua autonomia e reforçando sua vulnerabilidade diante das dinâmicas do sistema mundial.

Nesse contexto, as influências externas e a investigação da corrupção dentro da Petrobras, com a Operação Lava-Jato, causaram uma crise reputacional na empresa, o que levou ao rápido rebaixamento de suas notas pelas principais agências de classificação de risco como Moody's, Fitch e S&P e a colocando abaixo do nível de investimento recomendável (Duarte; Nabarro, 2021). Calcula-se que, em 2015, o “efeito Petrobras” respondeu por cerca de dois pontos percentuais dos 3% a 4% da retração do PIB brasileiro, em virtude da diminuição dos investimentos da companhia, que desde 2010 representavam cerca de 9% do total das inversões realizadas no país (BARROCAL, 2016 *apud* Ouriques; Vieira, 2015).

Com isso, observou-se uma expressiva redução dos mecanismos de investimento e de financiamento da empresa, acompanhada por fortes pressões sociais, políticas e internacionais para a adoção de novos padrões de governança corporativa e de reestruturação estratégica. Essas transformações abriram caminho para a reorientação das políticas internas da Petrobras, com foco na desalavancagem financeira, na venda de ativos e na adoção de uma política de preços alinhada às dinâmicas do mercado internacional, o que redefiniu o papel da estatal na

economia nacional e na geopolítica energética brasileira. Desse modo, a junção desses fatores culminou na reformulação do marco regulatório do setor petrolífero em 2016, marco que alterou de forma decisiva a estrutura de participação da Petrobras no pré-sal e redefiniu o grau de abertura do setor ao capital estrangeiro.

4.3 A REFORMA DE 2016: A FLEXIBILIZAÇÃO E A INSERÇÃO ESTRANGEIRA

À luz das considerações anteriores quanto à crise política brasileira após 2010, a volatilidade dos preços e pressões externas, é possível entender os motivos por trás da mudança no marco regulatório do pré-sal, em 2016. Naquele ano, foi aprovada a Lei 13.365/2016, do senador José Serra, que retirou da Petrobras a condição de operadora exclusiva do pré-sal, permitindo que outras empresas, individualmente ou em consórcio, pudessem atuar na exploração sob o regime de partilha. A nova norma manteve à Petrobras o direito de preferência, mas facultativo, para atuar como operadora e com participação mínima de 30% nos consórcios em que participasse, para a exploração dos blocos licitados. Com isso, abriu-se o acesso a uma nova fronteira exploratória, o que antes constituía um diferencial técnico e estratégico da Petrobras e do próprio Estado brasileiro (Urpia, 2022).

Art. 2º: VI - operador: o responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção; VII - contratado: a Petrobras, quando for realizada a contratação direta, nos termos do art. 8º, inciso I, desta Lei, ou a empresa ou o consórcio de empresas vencedor da licitação para a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em regime de partilha de produção;

Art. 4º O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), considerando o interesse nacional, oferecerá à Petrobras a preferência para ser operador dos blocos a serem contratados sob o regime de partilha de produção.

§ 1º A Petrobras deverá manifestar-se sobre o direito de preferência em cada um dos blocos ofertados, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da comunicação pelo CNPE, apresentando suas justificativas. § 2º Após a manifestação da Petrobras, o CNPE proporá à Presidência da República quais blocos deverão ser operados pela empresa, indicando sua participação mínima no consórcio previsto no art. 20, que não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) (Brasil, 2016).

Nesse contexto, desde 2016, a Petrobras tem apenas o direito de preferência para atuar como operadora dos blocos do pré-sal, permitindo o crescente protagonismo de grandes companhias multinacionais na atividade petrolífera no Brasil. Diminui-se, então, o controle da União e da Petrobras sobre a extração e produção de petróleo provenientes dos gigantes campos do pré-sal que, como expostos anteriormente, representam importante potencial para o desenvolvimento brasileiro.

Um dos principais pontos de controvérsia nesse processo foi a ausência de legitimidade democrática, uma vez que a agenda de reformas de orientação neoliberal e privatista foi implementada sem aprovação popular ou respaldo eleitoral. Com o enfraquecimento da esfera política e o distanciamento entre governo e sociedade, o governo Michel Temer conseguiu avançar com um amplo conjunto de medidas alinhadas aos interesses do mercado financeiro (Campello, 2018).

Ainda, segundo Campello (2018), com as alterações no marco regulatório do regime de partilha e a realização de uma das mais aguardadas licitações de exploração de petróleo e gás em escala global, dezesseis empresas, nacionais e estrangeiras, participaram das 2ª e 3ª Rodadas do pré-sal, em outubro de 2017. O critério de vitória foi baseado na oferta do maior percentual de petróleo destinado à União, conforme as regras do regime de partilha. No entanto, o “sucesso” amplamente divulgado pelo governo, pela mídia e pela Petrobras esteve vinculado à redução das exigências mínimas de óleo excedente para o Estado, o que, na realidade, resultou no aumento da parcela de produção entregue às empresas vencedoras. Ainda assim, a arrecadação final do governo ficou abaixo das expectativas, atingindo apenas 79% do valor estimado, com cerca de R\$ 6,15 bilhões dos R\$ 7,75 bilhões previstos.

Na época, a modificação da legislação foi baseada na necessidade de acelerar a exploração das reservas do pré-sal, considerada essencial para assegurar o abastecimento interno de petróleo a curto prazo, além de buscar mitigar as dificuldades decorrentes dos sucessivos escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro, que comprometeram o acesso da Petrobras a financiamentos externos e, por consequência, a execução de seu Plano de Negócios e Gestão (PNG) para os anos entre 2014 e 2018, bem como reduzir os efeitos negativos da queda dos preços internacionais do petróleo, que ameaçava reduzir a rentabilidade dos projetos de exploração na camada do pré-sal (Ferreira; Jesus, 2021). No entanto, como pode ser observado com os dados anteriores, abaixo do esperado, essas justificativas foram utilizadas para legitimar uma reorientação política sob o pretexto de racionalidade econômica mas que, na realidade, abriram caminho para a redução da participação estatal no setor e para a ampliação da influência de corporações estrangeiras sobre um dos principais instrumentos de soberania energética do país (Ferreira; Jesus, 2021), como será abordado na seção seguinte.

Nesse contexto, a segunda rodada de partilha do pré-sal, em 2017, já sob nova legislação, destacou-se pela concessão de três grandes áreas: Entorno de Sapinhoá, com 80% de excedente em óleo ofertado pelo consórcio formado por Petrobras (operadora), Shell e Repsol/Sinopec; Norte de Carcará, com 67,12%, sob operação da Equinor em parceria com

ExxonMobil e Petrogal; e Sul de Gato do Mato, com 11,53%, liderado pela Shell (operadora) junto à Ecopetrol e Total. Essas operações resultaram em R\$ 3,3 bilhões em bônus de assinatura para a União. Já a terceira rodada, no mesmo ano, também licitou três áreas: Peroba, com 76,96% de excedente em óleo, arrematada por Petrobras (operadora), BP e CNODC; Alto de Cabo Frio Central, com 75,80%, pelo consórcio Petrobras (operadora) e BP; e Alto de Cabo Frio Oeste, com 22,87%, pelo grupo Shell (operadora), QP e CNOOC. Nessa rodada, o governo arrecadou R\$ 2,85 bilhões em bônus de assinatura (Urpia, 2022). O aumento substancial da presença estrangeira nesses leilões, após a mudança de lei para um viés liberal, mostra a mudança dos ideais anteriores, nacionalistas.

A quarta rodada de partilha, em 2018, arrecadou R\$ 3,15 bilhões em bônus de assinatura para a União, com a licitação das áreas de Dois Irmãos (Petrobras, BP e Equinor), Três Marias (Petrobras, Shell e Chevron) e Uirapuru (Petrobras, ExxonMobil, Equinor e Petrogal). Já a quinta rodada, também em 2018, registrou o maior número de áreas licitadas em um único leilão sob o regime de partilha, com as áreas de Titã, Pau Brasil, Sudoeste de Tartaruga Verde e Saturno, gerando arrecadação total de R\$ 6,82 bilhões e ampla participação de operadoras estrangeiras. Nessa rodada, os consórcios liderados por ExxonMobil, BP e Shell arremataram três das áreas, mostrando o aumento da presença estrangeira no *petrroleo offshore*, enquanto a Petrobras ficou sozinha com Sudoeste de Tartaruga Verde, ofertando 10,01% de excedente em óleo. Por fim, na sexta rodada, em 2019, a Petrobras, em parceria com a CNODC, conquistou o campo de Aram, oferecendo 29,96% de excedente em óleo e pagando R\$ 5,05 bilhões em bônus de assinatura (Urpia, 2022).

Cabe ressaltar, ainda, outros leilões feitos desde então. Como visto anteriormente, a Lei 12.276/2010 concedeu à Petrobras, por meio de um acordo de Cessão Onerosa, o direito de explorar 5 milhões de barris de petróleo e gás natural na área do pré-sal, sem licitação. O excedente deste volume de recursos possibilitou o maior leilão na história da indústria do petróleo, em 2019, e arrecadou R\$ 69,96 bilhões em bônus de assinatura, no qual a Petrobras teve predominância nos consórcios (com 90% de participação no bloco em que foi realizado consórcio), em conjunto com as estatais chinesas CNOOC e CNPC (Agência Brasil, 2019). A Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa do pré-sal, ocorrido em 2021, arrecadou cerca de R\$ 11 bilhões, com consórcios com maior presença estrangeira, como a Shell e a Total Energies (Agência Brasil, 2021).

Além disso, é importante analisar os ciclos de Oferta Permanente de Partilha da Associação Nacional do Petróleo (ANP). Os ciclos de oferta permanente foram instituídos pela Resolução CNPE nº 17/2017, atualizada pela Resolução nº 3/2020, e autorizam a ANP a

realizar licitações contínuas de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais, tanto em bacias terrestres quanto marítimas, desde que tenham sido devolvidas ou estejam em processo de devolução. A única exceção são as áreas localizadas dentro do polígono do pré-sal, em áreas estratégicas ou além das 200 milhas náuticas. Esse modelo permite à ANP definir e ofertar blocos sem necessidade de autorização prévia do CNPE, tornando o processo mais ágil e dinâmico. A Resolução ANP nº 18/2015 estabelece as regras para essas licitações sob o regime de concessão, que visam ampliar a atratividade do setor (Costa; Esteves, 2020).

O primeiro ciclo de Oferta Permanente, realizado em dezembro de 2022, gerou R\$916,252,000 em bônus de assinatura, leiloando campos na bacia de Campos e Santos. A Petrobras manteve 30% no campo de Água Marinha, em consórcio com TotalEnergies EP (30%), Petronas (20%) e QatarEnergy (20%); e operando sozinha no campo de Norte de Brava, com 100% de participação. No campo de Sudoeste de Sagitário, também na Bacia de Santos, a Petrobras deteve 60%, em parceria com a Shell Brasil (40%), enquanto o campo de Bumerangue foi arrematado pela BP Energy, que obteve 100% de participação (ANP, 2022).

O segundo ciclo, ocorrido em dezembro de 2023, onde o bloco de Tupinambá, na Bacia de Santos, foi arrematado pela empresa BP Energy, com um bônus de assinatura de R\$7.047.000,00 (ANP, 2024).

Recentemente, ainda, um terceiro leilão foi realizado, em outubro de 2025. Nessa rodada, cinco blocos foram arrematados nas bacias de Santos e Campos, com destaque para a presença da Petrobras, que conquistou sozinha o bloco Citrino e participou em consórcio com a Equinor (40%) no bloco Jaspe. A Equinor Brasil, por sua vez, também obteve individualmente o bloco Itaimbezinho, enquanto a Karoon Brasil e o consórcio CNOOC/Sinopec venceram, respectivamente, os blocos Esmeralda e Ametista. O leilão movimentou cerca de R\$103.728.181,09 em bônus de assinatura, reafirmando a atratividade do pré-sal para empresas estrangeiras (ANP, 2025-c).

Com base no exposto, então, faz-se necessária uma análise dos efeitos da Lei 13.365/2016 sobre a inserção do Brasil na semiperiferia da economia-mundo capitalista. Os dados mostram o aumento substancial da presença estrangeira no pré-sal brasileiro, tendo em vista o fim da obrigatoriedade da Petrobras em participar de todos os blocos do pré-sal. Tais alterações não se limitaram ao plano regulatório interno, e seus efeitos atingiram a inserção do Brasil na economia global, influenciando padrões de investimento e desenvolvimento e o posicionamento do país enquanto ator semiperiférico no mercado internacional de petróleo. É nesse contexto que se torna necessário examinar como a lei impactou a estrutura produtiva

nacional e os mecanismos de dependência e autonomia que moldam a presença brasileira no sistema econômico mundial.

4.4 A INSERÇÃO SEMIPERIFÉRICA DO BRASIL E A PRESENÇA ESTRANGEIRA NO PETRÓLEO APÓS 2016

Com base na exposição anterior, faz-se necessária, então, uma análise dos efeitos da Lei 13.365/2016 sobre a inserção brasileira na semiperiferia da economia-mundo capitalista. Desde então, a Petrobras deixou de participar de todos os blocos do pré-sal, abrindo espaço para a participação de empresas estrangeiras, que passaram a explorar essas reservas sem a intervenção direta da estatal brasileira. Tal mudança configura uma reconfiguração significativa da presença nacional no setor, com implicações estratégicas e econômicas para a posição do país no sistema capitalista global.

O atual contexto da economia-mundo capitalista, marcado pela crise hegemônica dos Estados Unidos, tem sido acompanhado por estratégias de acumulação que marcam a ascensão do neoliberalismo. Nesse cenário, o capital financeiro expande sua atuação especulativa, possibilitando o que Arrighi (2008) denomina “acumulação por desapropriação”, onde a conversão de bens coletivos em propriedade privada, com privatizações, a apropriação de recursos naturais e a manipulação de crédito e fundos são medidas a serem seguidas pelas nações, principalmente no Terceiro Mundo.

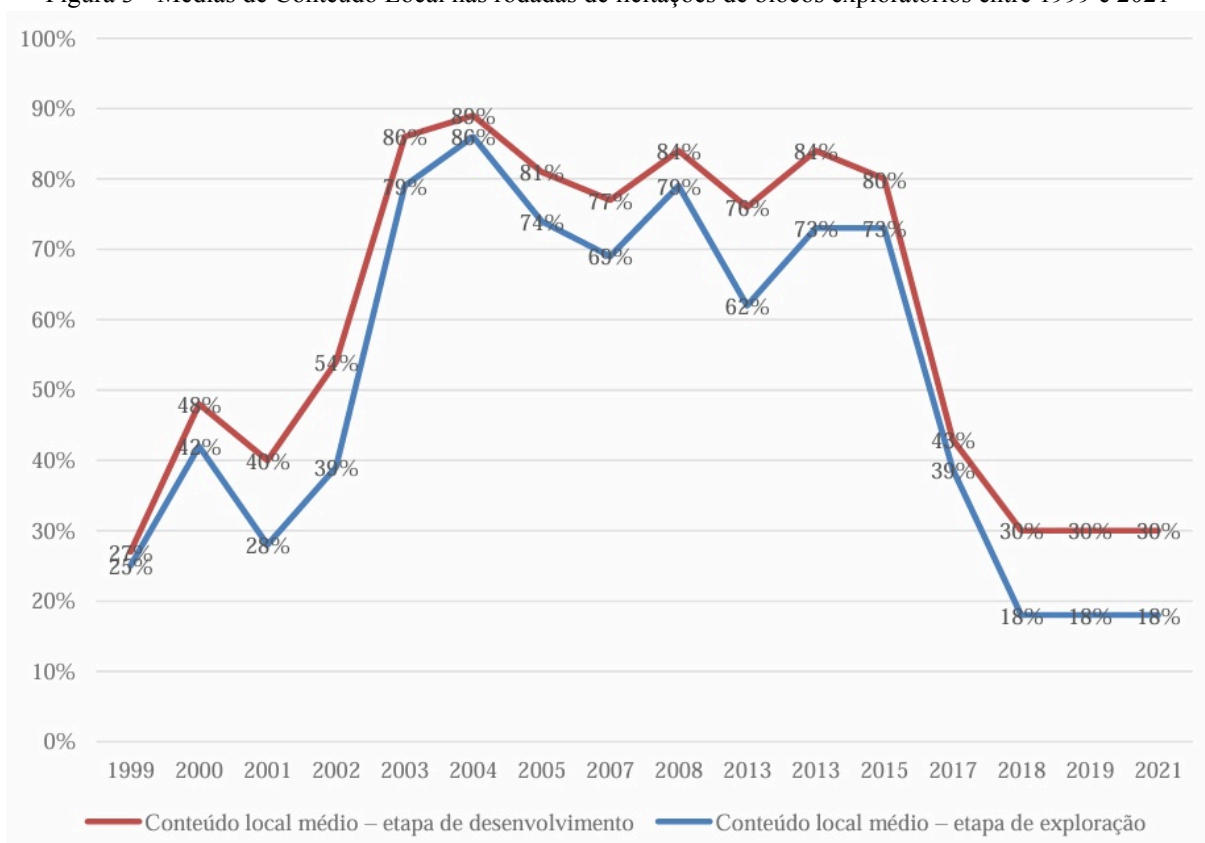
A financeirização também redefine o funcionamento das empresas transnacionais e das cadeias produtivas globalizadas, que passam a ser, cada vez mais, subordinadas às exigências dos mercados financeiros, pautadas pela maximização do valor ao acionista, pela avaliação de riscos e pelas expectativas do mercado (Duarte; Nabarro, 2021). No caso de ativos estratégicos como o petróleo, um recurso central para a soberania nacional e para a manutenção e crescimento do poder dos Estados, essa lógica intensifica disputas internacionais e influencia fortemente decisões internas, ao submeter setores essenciais à desregulamentação e à abertura ao investimento privado e especulativo (Schmidt, 2017). Assim, a restauração do poder do capital reorganiza a economia mundial em bases financeirizadas e reforça a subordinação dos Estados nacionais aos mercados globais (Arrighi, 1994). Nesse contexto de financeirização e de crescente subordinação dos Estados ao capital global, as mudanças introduzidas pela Lei 13.365/2016 podem ser compreendidas como parte desse movimento, especialmente no que diz respeito à redução do investimento local e ao redirecionamento estratégico da Petrobras em favor do desinvestimento, abordadas a seguir.

Em 2016, então, a mudança na lei de conteúdo local no Brasil visou flexibilizar o marco regulatório do setor de petróleo e gás, alinhando o país aos interesses de grandes corporações internacionais. Essas reformas incluíram revisão das políticas de conteúdo local e programas de desinvestimento, encontrando pouca resistência da população, formalizadas pela a implementação da Resolução CNPE nº 01, de 21 de março de 2018, o que permitiu a diminuição dos percentuais mínimos obrigatórios de Conteúdo Local (CL) (Ferreira; Jesus, 2021). Uma política de conteúdo local é um instrumento que visa aumentar a participação de empresas e produtos locais na cadeia produtiva de um determinado setor através de incentivos e regulamentações. Ainda que a política de CL tenha papel fundamental no incentivo à industrialização e no desenvolvimento econômico das nações, o Brasil não conseguiu consolidar um cluster de empresas inovadoras. Isso ocorreu, em grande parte, pela ausência de integração entre centros de pesquisa, fornecedores e a própria Petrobras, em conjunto com instituições frágeis e falta de promoção do incentivo (Senes, 2024).

Tal virada mostra, novamente, uma afirmação da posição semiperiférica do Brasil na economia-mundo, com baixo desenvolvimento de tecnologias e processos com maior valor agregado. A ausência de um forte CL apenas reforça a industrialização do Brasil baseada na transferência de tecnologia, o que limita a construção de capacidades científico-tecnológicas autônomas e inibe a autonomia tecnológica necessária para ascender do estrato semiperiférico. O domínio da tecnologia, ou mesmo das hierarquias administrativas, é o que permite aos países do Centro manter os elos mais rentáveis da cadeia produtiva, mantendo a semi-periferia apenas como fornecedor de matérias-primas e receptor de tecnologia controlada (Arrighi, 1996).

Nesse contexto, apesar do crescimento em investimentos externos diretos (IED) no Brasil, que passou a ser 25,2% do PIB em 2010 para 46,65 do PIB nacional em 2024, acumulando cerca de US\$ 1,141 trilhão e com a extração de petróleo entre as áreas de foco (Agência Brasil, 2025), o investimento no desenvolvimento nacional por meio de políticas públicas não acompanhou tal crescimento, tendo em vista a diminuição drástica do investimento em políticas de conteúdo local. Tal ocorrido, especialmente após as mudanças legislativas e o cenário político em 2016, pode ser observado na figura a seguir:

Figura 3 - Médias de Conteúdo Local nas rodadas de licitações de blocos exploratórios entre 1999 e 2021



Fonte: Senes (2024) *apud* ANP (2023).

A posição do Brasil dentro das dinâmicas da economia-mundo se mantém, portanto, como semiperiférica. Seguindo a caracterização de Arrighi, que determina a posição de uma nação na economia-mundo com base em variáveis econômicas, especialmente o PNB per capita, é possível ver que as mudanças regulatórias não trouxeram desenvolvimento para a nação. Segundo o G1 (2022), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB per capita brasileiro sofreu quedas drásticas desde 2013, antes mesmo da crise causada pela pandemia do Covid-19, o que reflete a dificuldade brasileira em ascender na hierarquia capitalista, além dos efeitos das políticas antinacionalistas.

Nesse contexto, o Plano de Negócios e Gestão referente ao período de 2015 a 2019 já estabelecia como objetivo central da empresa a desalavancagem e a geração de valor aos acionistas, alinhando a atuação da estatal às demandas do mercado internacional (Schmidt, 2017). Esse realinhamento não surgiu de forma abrupta: segundo Schmidt (2017), a partir de 2012, antes mesmo da queda mais acentuada nos investimentos, a Petrobras iniciou um movimento sistemático de redução de ativos ao criar o Programa de Desinvestimentos (Prodesin). O programa tinha como finalidade levantar recursos para viabilizar o plano de investimentos de 2012–2016 e racionalizar o portfólio da companhia. Seus efeitos foram

imediatos: em 2013, o Prodesin garantiu uma entrada de R\$ 8,5 bilhões em caixa e, no ano seguinte, gerou mais R\$ 9,399 bilhões em novas vendas de ativos, consolidando a trajetória de desinvestimento (Petrobras *apud* Schmidt, 2017).

Além desse processo interno, o alinhamento ao capital internacional e à financeirização também se expressou na mudança da política de preços dos combustíveis, que passou a adotar a Paridade de Importação (PPI), vinculando os preços nacionais às variações do mercado internacional e da taxa de câmbio. Em 2018, já sob esse regime, o preço médio da gasolina atingiu cerca de R\$ 4,00, contribuindo para a greve dos caminhoneiros. Nos anos seguintes, sobretudo durante a pandemia de COVID-19, a forte desvalorização do real intensificou ainda mais os efeitos da PPI, levando os combustíveis a ultrapassar R\$ 7,00 em 2022 (Guimarães, 2018). Como resultado, verificam-se consequências adversas e instabilidade ao Brasil, decorrentes da priorização da rentabilidade dos acionistas em detrimento do mercado interno, das refinarias nacionais e do próprio papel estrutural da Petrobras como empresa já consolidada no setor petrolífero brasileiro.

A partir de 2015, observa-se, portanto, uma mudança clara nos objetivos da estatal, que passa a priorizar a redução do endividamento, a preservação da liquidez financeira e o foco em investimentos estratégicos na produção de petróleo e gás (P&G) em áreas de maior produtividade e retorno no território brasileiro (Ferreira; Jesus, 2021). Os dados sobre a aquisição líquida de ativos imobilizados pela Petrobras, apresentados por Mortari et al. (2021 *apud* PIA/IBGE), evidenciam uma alteração estrutural nessa estratégia: enquanto entre 2009 e 2010 o volume de ativos crescia cerca de 30%, a partir de 2013 ocorre uma forte desaceleração, culminando em valores negativos a partir de 2016. Esse movimento sinaliza não apenas uma retração do investimento, mas a adoção de uma política deliberada de desinvestimentos, marcada pela venda de ativos e pela redefinição das prioridades empresariais. Ainda segundo os autores, o percentual dos investimentos industriais destinados ao setor de extração e refino, justamente o setor que detém maior valor agregado e potencial desenvolvimentista, caiu significativamente após 2016. Tal inflexão, inicialmente associada à crise política de 2014 e intensificada após as mudanças legislativas de 2016, revela uma profunda reorganização financeira e produtiva da Petrobras em meio às transformações do marco regulatório e às pressões externas por maior abertura e flexibilização do setor petrolífero brasileiro.

O governo de Jair Bolsonaro, em conjunto com o Ministério da Economia de Paulo Guedes, continuou a onda neoliberal e o alinhamento ao hegemon, os Estados Unidos, por meio de privatizações no setor energético. Durante o mandato, foram privatizadas as

refinarias Landulpho Alves (hoje Mataripe), Potiguar Clara Camarão e Reman (hoje Amazônia). No entanto, seus resultados foram abaixo do esperado, com a Refinaria Reman totalmente paralisada e as demais atuando com apenas cerca de 70% de sua capacidade, além de uma causar uma significativa elevação nos preços dos combustíveis e gás da região (AEPET BA, 2024). Evidencia-se, então, os efeitos negativos da desvalorização da estatal brasileira, bem como os efeitos ideais das políticas de desinvestimento e falta de incentivo ao desenvolvimento doméstico.

É possível ver, então, em decorrência da liberalização comercial e financeira da Petrobras, sintomas de reprimarização da pauta exportadora e desinteresse no desenvolvimento industrial brasileiro. Com a reordenação dos objetivos da Petrobras, o setor de *upstream*, compostos pela exportação e produção energéticos são priorizados em relação a processos produtivos com mais valor agregado, como o refino, distribuição e comercialização dos materiais provenientes do petróleo e gás natural (Senes, 2024). Com a redução de investimentos na estatal e no desenvolvimento tecnológico nacional, o pré-sal, apesar de seu potencial energético e desenvolvimentista, não é utilizado em mudanças reais na situação política e econômica nacional.

Nesse contexto, como aponta a pesquisadora Fernanda Delgado, a autossuficiência energética do Brasil é apenas numérica (BBC, 2019), ao passo que, apesar da alta produção de petróleo cru, o parque de refino brasileiro não é capaz de suprir a demanda interna pelos derivados do hidrocarboneto. Isso pode ser visto por meio dos dados da Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2025-b), que exploram como todas as refinarias brasileiras não operam em sua capacidade máxima, o que pode ser explicado pela falta de incentivo ao desenvolvimento de tecnologias internas de refino, decorrentes da inflexão das estratégias da Petrobras e da influência neoliberal e financeira no governo brasileiro. Desse movimento, o Brasil, novamente, reafirma sua posição semiperiférica na economia-mundo capitalista, mantendo-se como exportador de majoritariamente produtos primários e sem participar dos elos mais rentáveis da Cadeia Global de Valor do petróleo, e a reprimarização pode ser vista ao passo que o petróleo cru passa a constituir mais de 1/5 das exportações de produtos básicos no Brasil, movimento acompanhado pelo aumento recorde na importação de óleo diesel, exemplo de produto com mais valor agregado derivado do petróleo (Senes, 2024).

Ademais, o desinvestimento da Petrobras pode ser visto, em conjunto com as privatizações e mecanismos de alinhamento mencionados, por meio da intensa queda nos ativos financeiros totais da Petrobras que, de 300 bilhões de dólares em 2010, passaram a ser

200 bilhões de dólares em 2022 (Senes, 2024 *apud* Petrobras, 2023), o que mostra a desimportância dada à Petrobras e à soberania energética brasileira. A nova governança da Petrobras, então, que passa a maximizar o valor para o acionista, culminou na redução de tamanho da empresa, tendo em vista a venda de ativos e no quadro de colaboradores, o que, além de diminuir sua importância no desenvolvimento industrial brasileiro, impactou negativamente a competitividade da Petrobras, devido aos desinvestimentos nos setores com maior valor agregado (Ferreira; Jesus, 2021). Tal ameaça à soberania energética brasileira pode ser associada à uma perda de poder estrutural pela União, com base nas definições de poder de Susan Strange, pois delega a capacidade de definir as regras (as estruturas) do setor a atores transnacionais, o que torna o país vulnerável às flutuações e interesses externos. Novamente, o Brasil aprofunda sua dependência ao poder internacional.

Tendo em vista a lógica financeira vigente, marcada pela valorização do capital financeiro e pela liberalização promovida pela economia-mundo capitalista, os ideais neoliberalistas passaram, então, a influenciar fortemente as estratégias e decisões do governo brasileiro e da Petrobras. Portanto, a mudança de lei de 2016 não é apenas resultado da crise política brasileira, mas um sintoma da crise do ciclo hegemônico norte-americano, que se caracteriza pelo aumento do poder financeiro frente ao Estado nacional, causando uma subordinação do Estado e da produção à lógica financeira (Arrighi, 1996).

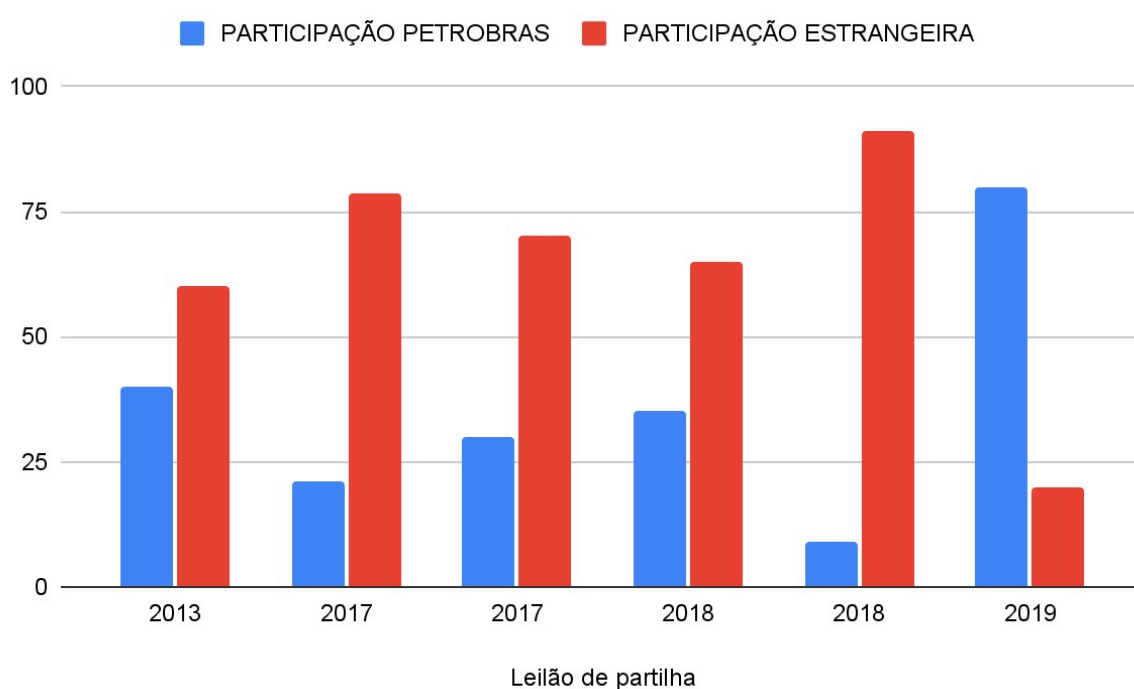
A influência estrangeira, além disso, é um dos mais importantes agentes da posição semiperiférica do Brasil. Principalmente após as alterações no regime de partilha em 2016, a pressão de grupos internacionais sobre o Brasil e a Petrobras permaneceu. Segundo informações divulgadas pelo *The Guardian* com base em dados do Greenpeace, uma autoridade do governo britânico solicitou ao governo Temer ajustes jurídicos e regulatórios nos leilões da 2ª e 3ª Rodadas do pré-sal, em 2017, com o objetivo de favorecer corporações transnacionais estrangeiras (Campello, 2018). Tal interferência é uma das evidências de que a pressão política e econômica internacional se materializa na própria estrutura produtiva nacional, sobretudo por meio da crescente inserção de empresas estrangeiras no território brasileiro.

Assim, a apropriação do petróleo brasileiro por multinacionais configura uma questão de grande relevância política, econômica e geopolítica, especialmente diante da descoberta de uma das maiores províncias petrolíferas do mundo. Para viabilizar esse processo, vem sendo estruturada uma transformação contínua da regulamentação do setor, implementada por meio de leis e decretos executivos, como os explorados anteriormente, que permitem a inserção progressiva de empresas estrangeiras. As mudanças regulatórias promovidas evidenciam uma

subordinação aos interesses internacionais, que buscam garantir privilégios para suas multinacionais.

Como resultado, as grandes empresas estrangeiras passaram a ter uma presença significativa nos campos do pré-sal, assumindo, inclusive, posições majoritárias como operadoras em diversos blocos, consolidando assim uma inserção externa expressiva no setor petrolífero brasileiro (Zanotelli, 2019 *apud* Vital, 2021). Como pode ser observado na figura a seguir, que expõe os percentuais médios de participação da Petrobras e de empresas estrangeiras no pré-sal, desde a Lei 13.365/2016, a participação estrangeira cresceu significativamente nos blocos arrematados, sendo a maioria nos leilões do período e, como exposto na descrição dos leilões na seção anterior, com diversos casos em que a Petrobras não participa dos consórcios vencedores da exploração dos blocos. Com exceção do leilão de partilha de 2019, que abrangeu somente um bloco, em todos os leilões, a participação estrangeira média foi maior que a da Petrobras.

Figura 4 - Percentual médio de participação da Petrobras e de empresas estrangeiras em leilões de partilha do Pré-Sal (2013-2019)



Fonte: elaboração própria a partir de Urpia (2022) e Agência Brasil (2019; 2022).

Com base no exposto, é possível afirmar que a riqueza do pré-sal do Brasil, apesar de ser vista como um “passaporte para o futuro”, não foi traduzida em políticas concretas de desenvolvimento e emancipação nacional. Em contrapartida, países como a Noruega, que

canalizaram as rendas do petróleo para fundos soberanos e inovação tecnológica, a fim de se proteger contra desequilíbrios na economia e utilizando a riqueza do petróleo para investir na economia doméstica, mostram como uma boa gestão dos recursos é a chave essencial para a estabilização da economia nacional. O Fundo Soberano da Noruega (Government Pension Fund Global), criado em 1996 e administrado pelo Norges Bank Investment Management, tem com o objetivo de converter a riqueza oriunda dos recursos naturais em ativos financeiros, garantindo benefícios às gerações futuras e dar estabilidade ao país, evitando superaquecimento da economia interna e preservando a competitividade nacional (NBIM, 2025). O fundo é alimentado pelas receitas fiscais da exploração do petróleo, provenientes de taxas, royalties, dividendos e lucros, o que o torna um instrumento estratégico de estabilização macroeconômica e de gestão responsável da renda petroleira.

Assim, a fim de evitar a “doença holandesa”⁹, países com abundância em recursos naturais devem buscar “a implementação de uma política de investimento que objetivasse a redução do grau de dependência da economia em função das atividades relacionadas ao recurso natural” (Almeida; Cagnin; Cintra, 2008). O Brasil, após 2016, em relação à renda proveniente do petróleo, utiliza os mecanismos de taxas (royalties e impostos) e Product Sharing Contracts (PSC) (Johnson, 2008 *apud* Almeida; Cagnin; Cintra, 2008), juntando a remuneração por royalties e pela partilha, onde o Estado mantém a propriedade do petróleo extraído e se apropria de parte do óleo excedente como forma de remuneração, desde a lei de partilha de 2010.

Nesse contexto, tendo em vista os dados expostos acima, que mostram a diminuição nos investimentos de conteúdo local e no desenvolvimento tecnológico brasileiro, é possível observar que a reorientação do setor petrolífero, marcada pela retração do papel estatal e pela abertura ao capital estrangeiro, caminhou para uma semiperiferia dependente, em que a renda petrolífera é majoritariamente capturada por empresas estrangeiras, e os ganhos de produtividade não se traduzem em diversificação industrial, com a persistente redução nos investimentos em refino do petróleo. Essa assimetria revela a distância entre uma gestão soberana dos recursos e uma integração subordinada ao capitalismo global.

À luz dessas considerações, observa-se que a inserção estrangeira no pré-sal brasileiro expressa de forma clara a condição semiperiférica do país na economia-mundo capitalista,

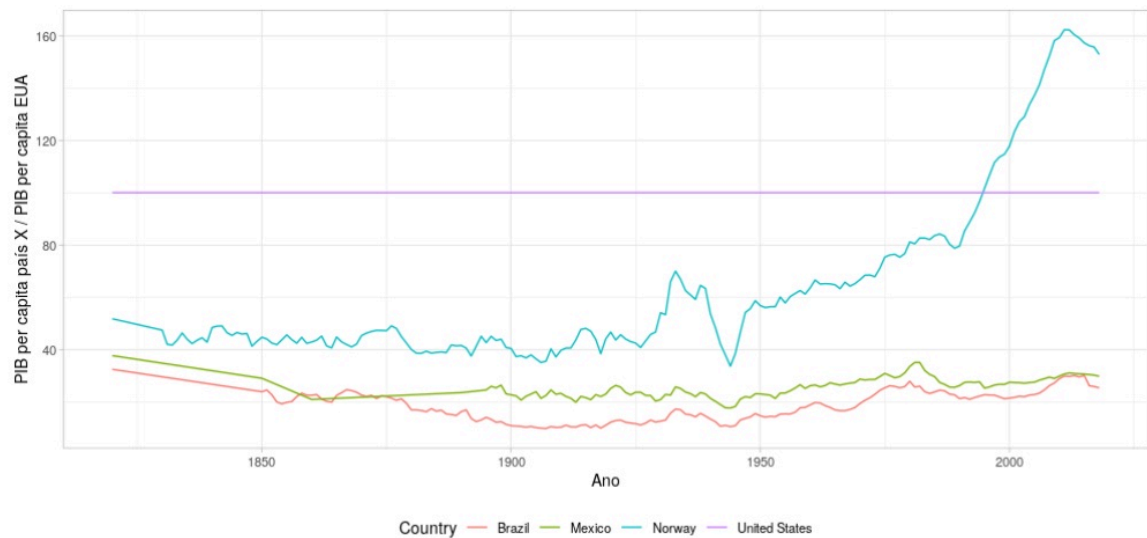
⁹ Expressão que descreve os efeitos negativos da abundância de recursos naturais sobre a estrutura produtiva de um país. Em contextos de alta renda proveniente da exportação desses recursos, a valorização cambial reduz a competitividade da indústria nacional, encarecendo suas exportações e barateando as importações. A aparente prosperidade gerada pelo boom dos recursos naturais pode, paradoxalmente, conduzir à desindustrialização e à estagnação econômica de longo prazo (Rosa, 2014).

marcada por tendências de reprimarização e pela abertura comercial de setores estratégicos, como a exploração em águas profundas. Tal processo evidencia como o petróleo, enquanto recurso energético essencial, constitui elemento decisivo do poder político e econômico contemporâneo, servindo simultaneamente a estratégias nacionais e à política internacional. Como observa Yergin (2008), o petróleo é a única commodity cujas atividades e controvérsias figuram não apenas nas páginas de economia, mas também nas de política e segurança global. Com efeito, sem a energia derivada do petróleo, as atuais formas de organização política, econômica e social seriam inviáveis, pois os modos de produção, transporte, alimentação, habitação e consumo das populações modernas foram estruturados sobre um uso intensivo de combustíveis fósseis (Mitchell, 2011). Nessa perspectiva, a abertura do pré-sal e a crescente presença de capitais estrangeiros configuram, segundo Susan Strange, uma perda de poder estrutural: ao transferir a agentes externos o controle da produção e do financiamento de um recurso estratégico, o Brasil abdica de parte significativa de sua autonomia econômica e política. Não por acaso, em 2024, quatro das dez maiores corporações do mundo, segundo o ranking Fortune 500 (2025), pertencem ao setor energético petrolífero — um indício da centralidade contínua dessa indústria no sistema capitalista global.

Em suma, assim como propõe Wallerstein, a semiperiferia tende a oscilar entre a busca por autonomia e a reabsorção pelo centro. Enquanto países de centro, a exemplo da Noruega, canalizaram a renda petrolífera para inovação e fundos soberanos, o Brasil segue uma rota de liberalização que reforça sua posição subordinada no sistema-mundo, uma escolha que reflete não apenas diferenças institucionais, mas as próprias assimetrias estruturais entre centro e semiperiferia.

Por fim, a evolução comparada do PIB per capita relativo entre países selecionados clarifica a condição semiperiférica do Brasil na economia-mundo capitalista. Como mostra o gráfico a seguir, enquanto os Estados Unidos se mantêm como referência hegemônica de renda ao longo de todo o período, economias como Noruega apresentam um salto expressivo a partir do fim do século XX e início do século XXI, consolidando-se em posição central. Em contraste, países semiperiféricos como Brasil e México permanecem em um patamar intermediário e relativamente estável, sem convergir para o núcleo do sistema, mas tampouco recaindo aos níveis persistentes de baixa renda observados em países periféricos. Essa trajetória intermediária, marcada por ciclos de crescimento interrompidos, confirma a caracterização do Brasil como país semiperiférico, com avanços industriais pontuais, mas limitado por dependência tecnológica, vulnerabilidade financeira e integração subordinada às cadeias globais de valor.

Figura 5 - Evolução relativa da renda per capita



Fonte: Maddison Database Project (2020) *apud* GPEPSM, CWEdat (2021).

O marco de 2016 representa, então, novamente uma regressão na história brasileira. A posição nacional na economia-mundo permanece na semiperiferia, caracterizada pela combinação de capacidades tecnológicas relevantes com persistentes vulnerabilidades externas. A trajetória recente do setor petrolífero, principalmente após as mudanças regulatórias de 2016, reforça essa condição ao deslocar o país de um projeto de fortalecimento estatal e captura doméstica da renda petrolífera para uma integração subordinada aos fluxos globais de capital e às estratégias das grandes corporações transnacionais. A perda de controle sobre segmentos estratégicos da cadeia do petróleo, a redução do conteúdo local, a ampliação da participação estrangeira e a dependência crescente de importações de derivados evidenciam um padrão de desenvolvimento que reproduz a lógica hierárquica da economia-mundo. Assim, a dinâmica recente do pré-sal confirma que, embora o país detenha recursos de alto valor geopolítico, sua capacidade de convertê-los em autonomia e desenvolvimento permanece limitada pela estrutura da própria semiperiferia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho teve como objetivo compreender de que forma as mudanças legislativas introduzidas a partir de 2016, por meio da Lei nº 13.365, afetaram a posição do Brasil na semiperiferia da economia-mundo capitalista. Tomando como base teórica a abordagem dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi e os conceitos de poder estrutural de Susan Strange, foi possível identificar que as transformações recentes no marco regulatório do setor petrolífero brasileiro não se limitaram a ajustes técnicos ou administrativos. Elas representam, na verdade, um movimento mais profundo de reafirmação do papel do Estado e da Petrobras na ordem econômica internacional. Um movimento que reflete e reforça, ao mesmo tempo, a condição semiperiférica do país dentro do sistema capitalista global.

Na primeira seção do trabalho, foi possível ver que ao longo do século XX, o petróleo consolidou-se como um dos pilares da acumulação capitalista e da geopolítica mundial. A energia derivada dos combustíveis fósseis foi, como apontam Mitchell e Yergin, a base material dos modos contemporâneos de produção, transporte, alimentação e consumo. Sob essa lógica, a economia-mundo organiza-se de forma hierarquizada, onde o centro mantém o controle das tecnologias, das finanças e das cadeias produtivas de maior valor agregado, enquanto a periferia e a semiperiferia permanecem destinadas à exportação de recursos primários e energia. Nesse contexto, o petróleo torna-se não apenas um recurso econômico, mas um instrumento de poder e dominação, que atravessa e condiciona as Relações Internacionais.

Além disso, como exposto na segunda seção, a inserção do Brasil nesse sistema foi marcada, ao longo de sua história, por uma complexidade própria da semiperiferia, com diversos ciclos e fases. Fases marcadas pela busca por autonomia e industrialização, e outras determinadas pela persistente dependência tecnológica e financeira. A criação da Petrobras em 1953 e as políticas nacionalistas do século XX representaram momentos de avanço na construção de um projeto de soberania energética, o que permitiu ao Brasil dominar tecnologias complexas e formar uma indústria de suma importância para seu desenvolvimento. Ao longo de sua trajetória, a indústria petrolífera brasileira ocupou posição central nas estratégias do Estado, ainda que, em diversos momentos, interesses externos tenham colocado em risco, ou mesmo limitado, os projetos desenvolvimentistas formulados internamente.

Desse modo, o regime de partilha de 2010 trouxe o reforço do controle estatal sobre o pré-sal, associando a exploração do petróleo ao desenvolvimento social e tecnológico, lembrando os tempos iniciais da história petroleira do Brasil – “o petróleo é nosso”. No entanto, a flexibilização posterior rompeu com essa lógica, quando o pré-sal demonstrou seu imenso potencial, como abordado na terceira seção da pesquisa. Embora o pré-sal, descoberto em 2007, tenha sido inicialmente protegido pelo marco de 2010, a reforma regulatória de 2016 redefiniu sua trajetória ao orientar o setor e o debate político-econômico nacional rumo à liberalização e à abertura ao capital estrangeiro. Com a retirada da obrigatoriedade da Petrobras como operadora única dos blocos do pré-sal, em 2016, abriu-se espaço para que grandes corporações internacionais se inserissem na extração e produção do petróleo proveniente da região. Como resultado, em conjunto com a virada ideológica por trás dessas medidas, teve-se a retração dos investimentos em conteúdo local, a redução da capacidade de inovação e investimentos na própria Petrobras e a inserção crescente de empresas estrangeiras no âmbito petrolífero nacional. A renda gerada pelo pré-sal, que poderia, e deveria, impulsionar a diversificação industrial e fortalecer políticas de bem-estar, passou a alimentar o circuito financeiro internacional.

Ao responder à questão formulada inicialmente – as mudanças de 2016 no marco regulatório dos hidrocarbonetos presentes no pré-sal brasileiro possibilitaram melhorias para o desenvolvimento e à posição do Brasil na geopolítica internacional? –, tem-se que as reformas de 2016 representaram um movimento profundo de reafirmação da condição semiperiférica do Brasil dentro do sistema capitalista global.

A análise dos dados macroeconômicos e institucionais desde 2016 confirma essa tendência: a diminuição do investimento público, a desindustrialização persistente e o aumento da dependência externa em setores estratégicos, especialmente na importação de produtos refinados derivados do petróleo, em conjunto com a reprimarização da pauta exportadora brasileira, dão luz ao deslocamento do país para uma posição subordinada. Assim, ao invés de representar uma mudança em relação ao passado dependente, o novo marco regulatório do pré-sal reafirma os limites estruturais da semiperiferia brasileira. Portanto, a transferência do controle produtivo e financeiro de um recurso estratégico como o petróleo causa uma perda de autonomia nacional, pois coloca a lógica das corporações e dos mercados globais como prioritária em decisões políticas e econômicas dos países, especialmente no caso de nações dependentes. A liberalização do setor energético brasileiro, então, não surgiu por acaso, mas sim como parte de um processo de ajuste da semiperiferia às demandas do capital global, mantendo o padrão de desenvolvimento dependente tradicional.

O caso brasileiro revela a importância de políticas que articulem soberania energética, fortalecimento estatal e desenvolvimento tecnológico, elementos indispensáveis para romper o ciclo da reprimarização e para redefinir o papel do país no circuito global do capital. O pré-sal, com seu enorme potencial desenvolvimentista e emancipador, é exemplo claro de como o domínio tecnológico e a capacidade de planejamento estatal podem ser instrumentos concretos de ascensão dentro da hierarquia mundial, quando utilizados em prol do desenvolvimento e emancipação nacional.

O desafio que se coloca para as próximas décadas, e para as pesquisas que ainda virão, é o de formular um novo projeto energético capaz de articular eficiência econômica, soberania nacional e justiça social, bem como compreender os mecanismos que possibilitam sua implementação. Isso implica recuperar a capacidade do Estado de coordenar políticas industriais, tecnológicas e ambientais, orientadas não apenas pela lógica de mercado, mas pela construção de um desenvolvimento autônomo e sustentável. Nesse cenário, torna-se fundamental que estudos futuros identifiquem os instrumentos institucionais que podem assegurar que a renda petroleira funcione como algo a tornar a economia brasileira uma de maior complexidade produtiva, e não como um fator de aprofundamento da dependência. O petróleo, portanto, não deve ser visto apenas como uma commodity, mas como um recurso para fomentar o desenvolvimento nacional e reduzir a vulnerabilidade externa do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AEPET BAHIA. Refinarias privatizadas por Bolsonaro operam abaixo da capacidade e têm combustíveis e gás de cozinha mais caros do Brasil. **AEPET Bahia**. Salvador, 28 ago. 2024. Disponível em: <https://aepetba.org.br/v1/refinarias-privatizadas-por-bolsonaro-operam-abaixo-da-capacidade-e-tem-combustiveis-e-gas-de-cozinha-mais-caros-do-brasil/>. Acesso em 12 nov. 2025
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **1st cycle of the open acreage in the production-sharing model collection is 72% of the maximum**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/1st-cycle-of-the-open-acreage-in-the-production-sharing-model-collection-is-72-of-the-maximum. Acesso em: 12 nov. 2025
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Oferta Permanente de Partilha: resultado do 2.º ciclo é homologado pela ANP**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/oferta-permanente-de-partilha-resultado-do-2o-ciclo-e-homologado-pela-anp. Acesso em: 12 nov. 2025
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (2025-a). **Mapa do Polígono do Pré-Sal**. Rio de Janeiro: ANP, 2021 (publicado em 08 jan. 2021; atualizado em 28 mai. 2025). Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/dados-tecnicos/mapas-e-p/img-mapas/poligonopresal.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (2025-b). **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2025**. Rio de Janeiro, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-brasileiro-do-petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis-2025>. Acesso em: 12 nov. 2025
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (2025-c). **3.º ciclo da Oferta Permanente de Partilha da ANP tem cinco blocos no pré-sal arrematados**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/3o-ciclo-da-oferta-permanente-de-partilha-da-anp-tem-cinco-blocos-no-pre-sal-arrematados. Acesso em: 12 nov. 2025
- ALMEIDA, André Stuchi de. A análise de sistema-mundo na obra de Giovanni Arrighi: articulações do conceito de hegemonia. In: XI Congresso de História Econômica: Economia de guerra – geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica, São Paulo, 23 a 27 nov. 2020. **Anais [...]**. São Paulo: ABPHE, 2020.
- ALVARENGA, Darlan. PIB per capita do Brasil deve voltar a cair neste ano e só recupera nível pré-crise em 2029, aponta FGV. **G1**, 3 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/03/pib-per-capita-do-brasil-deve-voltar-a-cair-neste-ano-e-so-recupera-nivel-pre-crises-em-2029-aponta-fgv.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2025

AMORIM, Paulo Henrique. Interesse dos EUA no pré-sal motivou o golpe. **Revista da CUT**, Minas Gerais, 24 jul. 2018. Disponível em: <https://mg.cut.org.br/noticias/interesse-dos-eua-no-pre-sal-motivou-o-golpe-diz-paulo-henrique-amorim-1881>. Acesso em: 12 nov. 2025

AREND, Marcelo. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. In: VIEIRA, Rosângela de Lima. **O Brasil, a China e os EUA: na atual conjuntura da economia-mundo capitalista**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 135-172. DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-415-8.p135-172>

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro; revisão de tradução de Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo, Boitempo, 2008.

BP. **BP Energy Outlook 2024**. London: BP, 2024. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economic/s/energy-outlook/bp-energy-outlook-2024.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025

BRASIL. Presidente (2003-2011: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato de anúncio da proposta de um novo modelo regulatório para a exploração das jazidas do pré-sal**. Brasília, 31 ago. 2009.

BRASIL (2010-a). Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010. Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 jun. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12276.htm. Acesso em: 12 nov. 2025

BRASIL (2010-b). Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12304.htm. Acesso em: 12 nov. 2025

BRASIL (2010-c). Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12351.htm. Acesso em: 12 nov. 2025

BRASIL. Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016. Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 nov. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13365.htm. Acesso em: 12 nov. 2025

BRASIL, Cristina Índio. Leilão da segunda rodada de cessão onerosa arrecada R\$ 11 bilhões. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/leilao-da-segunda-rodada-de-cessao-onerosa-arrecada-r-11-bilhoes>. Acesso em 12 nov. 2025

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BROCCO, Pedro; RACHED, Gabriel. Acumulação sistêmica e perspectiva brasileira: uma análise sobre as visões de Giovanni Arrighi e de Celso Furtado. **Brazilian Journal of International Relations (BJIR)**, Marília, v. 6, n. 1, p. 90-112, jan./abr. 2017.

CAGNIN, Rafael Fagundes; CINTRA, Marcos Antônio Macedo; ALMEIDA, Julio Gomes de. Experiências internacionais na gestão de recursos provenientes da exploração do petróleo. In: **Indústria e desenvolvimento: reflexões e propostas do IEDI para economia brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2014. v. 1, p. 409-432. Disponível em: https://iedi.org.br/media/site/artigos/Livro_IEDI-25anos.pdf#page=410. Acesso em: 12 nov. 2025.

CAMPELLO, Marcelo de Moura Carneiro. **A quem interessar possa! A geopolítica ambiental e os impactos sobre o pré-sal brasileiro**. 2018. 245 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CORRÊA, Gabriela Tamiris Rosa. Centro, periferia ou semiperiferia nas cadeias globais de valor? As posições do Brasil e da China na economia-mundo contemporânea (2005–2015). **Brazilian Journal of International Relations – BJIR**, Marília, v. 12, n. 1, p. 61–90, jan./abr. 2023. DOI: 10.36311/2237-7743.2023.v12n1.p61-90.

COSTA, Heloise Helena Lopes da; ESTEVES, Heloisa Borges Bastos. Oferta permanente: um novo mecanismo de atração de investimentos para o upstream brasileiro. In: **Rio Oil & Gas Expo and Conference 2020**, Rio de Janeiro, 1-3 dez. 2020. Rio de Janeiro: Brazilian Petroleum, Gas and Biofuels Institute (IBP), 2020.

DALLA COSTA, Armando; PESSALI, Huáscar Fialho. A trajetória de internacionalização da Petrobras na indústria de petróleo e derivados. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 5–31, 2009.

DALLA COSTA, Armando João; SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo de. Exploração das reservas petrolíferas do pré-sal, papel da Petrobras e os novos marcos regulatórios. **Economia & Tecnologia**, v. 5, n. 19, p. 129-142, out./dez. 2009.

DUARTE, Luciano; NABARRO, Wagner. Círculos financeiros e circuito do petróleo: instrumentos financeiros para investimento em atividades e fornecedores da Petrobras.

GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 25, n. 3, dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/174581>. Acesso em 12 nov. 2025.

GPEPSM; CWEDATA. Evolução relativa da renda per capita (século XIX–início do século XXI). 2021. Gráfico. Disponível em: cwedata.ufsc.br. Acesso em: 09 dez. 2025.

ENERGY INSTITUTE. **Statistical Review of World Energy 2025**: 74th edition. London: Energy Institute, 2025.

FELIPE, Ednilson Silva. **Mudanças institucionais e estratégias empresariais: a trajetória e o crescimento da Petrobras a partir da sua atuação no novo ambiente competitivo (1997-2010)**. 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FORTUNE. **Fortune Global 500 2025**. Nova York: Fortun, 2025. Disponível em: <https://fortune.com/ranking/global500/>. Acesso em 12 nov. 2025.

GRAGNANI, Juliana. Por que o Brasil importa petróleo se é “autossuficiente”? **BBC**, Brasil, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50316414>. Acesso em: 12 nov. 2025

GUIMARÃES, Lara Sofia Pinhal. **Petróleo, poder e transformações: a geopolítica do ouro negro e a trajetória da Petrobras no Brasil**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, Rio de Janeiro, 2024.

JESUS JÚNIOR, Leonardo Bispo de; FERREIRA JÚNIOR, Hamilton de Moura. **Petrobras S.A, estratégias, fragmentação e interesses: uma análise do período 2006-2018**. *Economic Analysis of Law Review*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 77-109, maio/ago. 2021.

KARATAŞLI, Şahan Savaş. The Capitalist World-Economy in the Longue Durée: Changing Modes of the Global Distribution of Wealth, 1500–2008. **Sociology of Development**, v. 3, n. 2, p. 163–196, 2017.

LISBOA, Vinicius. Leilão da cessão onerosa arrecada R\$ 69,960 bilhões em bônus. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/leilao-da-cessao-onerosa-arrecada-r-69960-bilhoes-em-bonus>. Acesso em 12 nov. 2025

MIA, Md Rubel; TAO, Jill L.; ANDERSON, Chad David. The South China Sea Dispute and Regional Response. **Quest Journal of Management and Social Sciences**, v. 6, n. 1, p. 74–86, 2024. DOI: 10.3126/qjmss.v6i1.66297.

MITCHELL, Timothy. **Carbon Democracy: Political Power in the Age of Oil**. London; New York: Verso, 2011.

MORAIS, José Mauro de; OLIVEIRA, João Maria de. O setor de petróleo no Brasil e os impactos do Projeto de Lei nº 3.178/2019 no pré-sal. Nota Técnica nº 98 – **Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, jun. 2022.

MORTARI, Valéria Silva; RIBEIRO, Cássio Garcia; LOURAL, Marcelo; OLIVEIRA, Aparecida. A Petrobras como agente do desenvolvimento produtivo no Brasil: importância e esvaziamento. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 61, p. 143–170, set./dez. 2021.

MOURA, Bruno de Freitas. Com US\$ 1,1 tri, investimento estrangeiro bate recorde de 46,6% do PIB. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 26 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-09/com-us-11-tri-investimento-estrangeiro-bate-recorde-de-466-do-pib> Acesso em: 12 nov. 2025.

NATALINO, Enrique Carlos. O petróleo e a governança energética global: dilemas contemporâneos. **Revice – Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 165–188, ago./dez. 2017.

NORGES BANK INVESTMENT MANAGEMENT. **About the Fund**. Oslo, 2025. Disponível em: <https://www.nbim.no/en/about-us/about-the-fund/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

OURIQUES, Helton Ricardo; SCHMIDT, Cristiane Bohrer. O pré-sal no Brasil: oportunidade de “upgrading” ou ilusão desenvolvimentista? **Século XXI**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 13-32, jul./dez. 2015.

OURIQUES, Helton Ricardo; VIEIRA, Pedro Antonio. A condição semiperiférica do Brasil na economia-mundo capitalista: novas evidências. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 199–228, 2017. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/711>. Acesso em: 12 nov. 2025.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. Pré-sal: mergulhe nessa jornada ultraprofunda. Rio de Janeiro: **Petrobras**, 2025. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pre-sal>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ROSA, Felipe Eduardo. **O remédio norueguês à doença holandesa: uma análise dos impactos da exploração de petróleo e gás entre 1975 e 2007**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTOS, Marival Matos dos. **Qualificação das barreiras e a viabilidade de competição no refino de petróleo após a quebra do monopólio no Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SAUER, Ildo Luís. O pré-sal e a geopolítica e hegemonia do petróleo face às mudanças climáticas e à transição energética. In: MELFI, Adolpho José; MISI, Aroldo; CAMPOS, Diogenes de Almeida; CORDANI, Umberto Giuseppe. **Recursos Minerais do Brasil: problemas e desafios**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2016. p. 308-322.

SCHMIDT, Cristiane Bohrer. **Petróleo em águas turbulentas: a Petrobras em tempos de expansão financeira**. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SENES, Lucas Bastos. **Petrobras como instrumento de afirmação da desindustrialização prematura e reprimarização da pauta exportadora do Brasil**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

SILVA, Martim Francisco de Oliveira e; CRUZ, André Camargo; MESQUITA, Pedro Paulo Dias. **Investimento em refino e petroquímica: emprego estratégico do petróleo pertencente à União no modelo de partilha**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nov. 2018. (Textos para Discussão, n. 132).

SOUZA, Leonardo Silveira de; SGARBI, Geraldo Norberto Chaves. O pré-sal brasileiro e a evolução do modelo regulatório de exploração e produção de hidrocarbonetos no Brasil. **Anuário do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 354–373, out. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/38589> Acesso em: 12 nov. 2025.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. London: Pinter Publishers, 1988.

URPIA, Leonardo de Souza. **Mudanças regulatórias do pré-sal entre 2016 e 2021 e a participação estrangeira**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Estado, Governo e Políticas Públicas) — Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Fundação Perseu Abramo, Salvador, 2022.

VIEIRA, Rosângela. A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929. In: FILOMENO, Felipe amin; VIEIRA, Rosângela; VIEIRA, Pedro Antonio. (Orgs.). **O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p. 257-284.

VITAL, Bruno de Sousa. **De volta para o futuro: da consolidação do setor petrolífero no Brasil à descoberta do pré-sal**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2021.

VOIGT, Márcio Roberto. A análise dos sistemas-mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das teorias das Relações Internacionais. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 101-118, jul./dez. 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: An introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

YERGIN, Daniel. **The prize: the epic quest for oil, money, and power**. New York: Simon & Schuster, 2008.

YERGIN, Daniel. **A Busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. Cadeias globais de valor e os países em desenvolvimento. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, Brasília, n. 18, p. 74-90, set./dez. 2014.